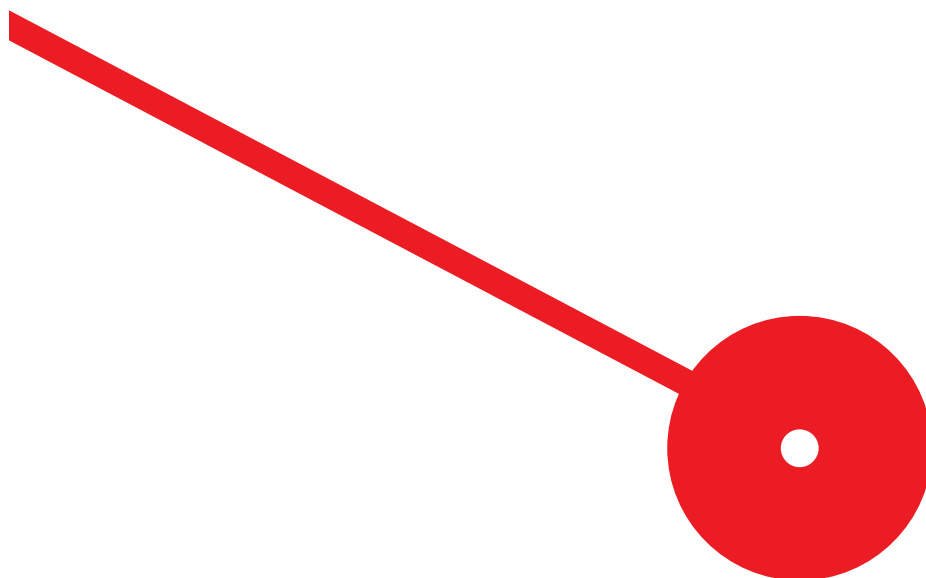




A Contabilidade na Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto (1861-1886)

Ricardo Amaral Oliveira

06/2026



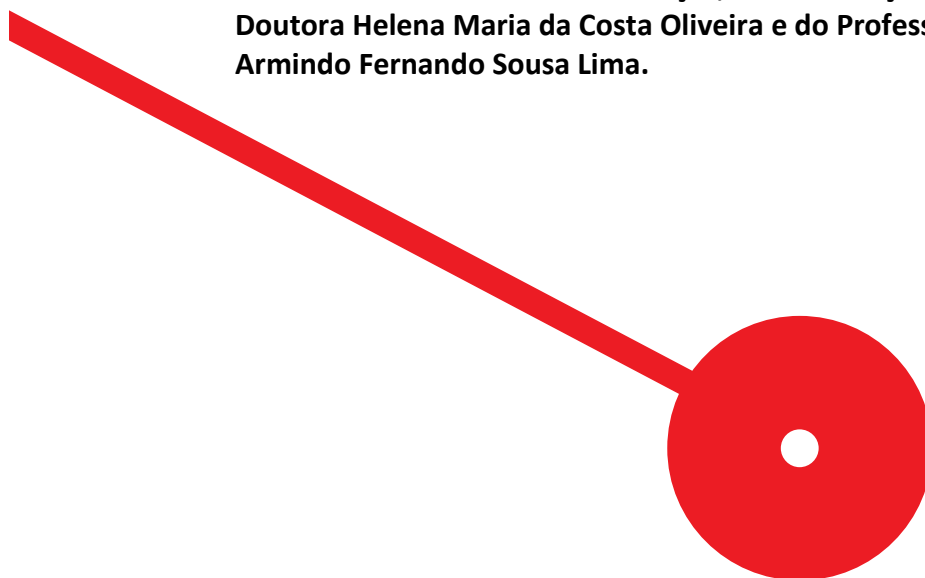


A Contabilidade na Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto (1861-1886)

Ricardo Amaral Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Helena Maria da Costa Oliveira e do Professor Doutor Armindo Fernando Sousa Lima.

Ricardo Amaral Oliveira. A Contabilidade na Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto (1861-1886)
06/2026



“Deixo Sísifo no sopé da montanha! Encontramos sempre o nosso fardo.”

ALBERT CAMUS

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto, e em particular ao Dr. Carlos Cardoso, pela disponibilidade, abertura e conhecimento partilhado, que tornaram possível o acesso às fontes documentais que sustentam esta investigação.

À Professora Doutora Helena Maria da Costa Oliveira e ao Professor Doutor Armindo Fernando Sousa Lima, orientadores desta dissertação, expresso a minha gratidão pela orientação, pelo rigor científico, pela dedicação e pelos valiosos contributos, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, deixo um agradecimento muito especial à minha família, pelo apoio incondicional, pela educação e pelos valores que me transmitiram ao longo da vida, os quais têm sido essenciais para a realização deste percurso académico e pessoal.

Resumo

Esta dissertação analisa as práticas contabilísticas da Confraria de São Crispim e São Crispiniano do Porto entre 1861 e 1886. Examina a organização do sistema contabilístico da Confraria, os livros contabilísticos utilizados e as suas funções, a composição das receitas e despesas, o grau de aproximação das suas práticas às práticas contabilísticas conhecidas da época, a forma como a informação contabilística apoiava a administração religiosa, assistencial e patrimonial da Irmandade, e o modo como, à luz da teoria da contingência, fatores institucionais, administrativos e contextuais ajudam a justificar as práticas contabilísticas adotadas.

Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, desenvolvida através de um estudo de caso histórico baseado em fontes arquivísticas primárias conservadas na Irmandade, nomeadamente os livros de receita e despesa, o livro de contas de legados, o inventário de bens móveis, o livro do tesoureiro e o livro de receita e despesa da obra da capela.

Os resultados revelam que a Irmandade utilizava um sistema de contabilidade tecnicamente simples, baseado principalmente na contabilidade de partida única e no registo de receitas, despesas e saldos. No entanto, esta simplicidade coexistia com necessidades administrativas complexas. Os registos contabilísticos revelam o tratamento autónomo do legado de João Cardoso de Miranda e Maria Carneira, a numeração dos documentos comprovativos no Livro do Tesoureiro, a utilização de registos mensais, a elaboração de inventários sem avaliação monetária sistemática e o acompanhamento separado da construção da nova capela, que exigiu um grande investimento financeiro.

O estudo conclui que a contabilidade na Confraria não era meramente um registo de movimentos financeiros. Funcionava como um instrumento de administração, controlo, prestação de contas e continuidade institucional, adaptado às necessidades específicas de uma organização religiosa do século XIX. Ao fazê-lo, esta dissertação contribui para a história da contabilidade nas instituições religiosas portuguesas e destaca a relevância dos registos contabilísticos arquivísticos para a compreensão das práticas organizacionais no seu contexto histórico.

Palavras-chave: História da Contabilidade, Contabilidade Religiosa, Irmandades, Século XIX, Teoria da Contingência

Abstract

This dissertation analyzes the accounting practices of the Brotherhood of Saint Crispin and Saint Crispinian of Porto between 1861 and 1886. It examines the organization of the Brotherhood's accounting system, the accounting books used and their functions, the composition of revenues and expenses, the degree of approximation of its practices to known accounting practices of the time, how accounting information supported the religious, welfare, and patrimonial administration of the Brotherhood, and how, in light of the contingency theory, institutional, administrative, and contextual factors help to justify the accounting practices adopted.

Methodologically, the research adopts a qualitative and interpretative approach, developed through a historical case study based on primary archival sources preserved in the Brotherhood, namely, the income and expense books, the legacy account book, the inventory of movable goods, the treasurer's book, and the income and expense book for the chapel's construction.

The findings show that the Brotherhood used a technically simple accounting system, mainly based on single-entry bookkeeping and on the recording of receipts, expenses and balances. However, this simplicity coexisted with complex administrative needs. The accounting records reveal the autonomous treatment of the legacy of João Cardoso de Miranda and Maria Carneira, the numbering of supporting documents in the Treasurer's Book, the use of monthly records, the preparation of inventories without systematic monetary valuation, and the separate monitoring of the financially demanding construction of the new chapel.

The study concludes that accounting in the Brotherhood was not merely a record of financial movements. It functioned as an instrument of administration, control, accountability and institutional continuity, adapted to the specific needs of a nineteenth-century religious organisation. In doing so, this dissertation contributes to the history of accounting in Portuguese religious institutions and highlights the relevance of archival accounting records for understanding organisational practices in their historical context.

Keywords: Accounting History, Religious Accounting, Brotherhoods, 19th Century, Contingency Theory

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento e justificação do tema.....	2
1.2 Objetivos e metodologia da investigação	3
1.3 Estrutura da dissertação	4
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 Portugal e o Porto no século XIX: enquadramento político, económico e social 7	
2.1.1 Transição do Antigo Regime para o Liberalismo.....	7
2.1.2 Liberalismo, secularização e reorganização das instituições religiosas	10
2.1.3 A extinção das ordens religiosas e as suas consequências	11
2.1.4 O Porto no século XIX: crescimento económico, comércio e industrialização 12	
2.1.5 Sociedade portuense, assistência e religiosidade urbana.....	14
2.2 Objetivos e importância da Contabilidade Histórica	17
2.3 Contabilidade Histórica e a Religião	19
2.4 Contabilidade Histórica em Portugal.....	22
2.5 Teoria da Contingência.....	25
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	27
3.1 Objetivos e Questões de Investigação	28
3.2 Análise Interpretativa	28
3.3 Investigação Qualitativa	29
3.4 Estudo de Caso	29
3.5 Recolha e Análise de Dados	30
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	33
4.1 A Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto	34
4.1.1 Fundação da Confraria dos Sapateiros	34

4.1.2	O hospital e a sua integração com a confraria	35
4.1.3	Consolidação da confraria	35
4.1.4	Transformação do século XIX.....	36
4.1.5	Identidade	38
4.2	Os livros contabilísticos	38
4.2.1	Livro de Contas de Legados 1875-1886.....	39
4.2.2	Livro de Inventário dos bens móveis (1762-1880).....	46
4.2.3	Livro de Receita e Despesa (1861-1879)	50
4.2.4	Livro de Receita e Despesa (1867-1918)	55
4.2.5	Livro do Tesoureiro	58
4.2.6	Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela.....	60
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO		63
5.1	Principais fontes de receita e despesa da Irmandade.....	64
5.2	Comparação com práticas contabilísticas conhecidas da época.....	68
5.3	Utilidade da informação contabilística para a administração da Irmandade ..	70
5.4	Fatores institucionais, administrativos e contextuais justificam as práticas contabilísticas adotadas.....	72
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO		75
6.1	Principais conclusões.....	76
6.2	Contributos da Investigação	78
6.3	Limitações da Investigação	79
6.4	Linhas Futuras de Investigação	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		82

Índice de Figuras

Figura 1 - Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página da Receita de 1875.....	40
Figura 2 - Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página da Despesa de 1875	42
Figura 3 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 1. ^a Página de 1862.....	47
Figura 4 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 6. ^a Página de 1862.....	47
Figura 5 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 2. ^a Página de 1880.....	48
Figura 6 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 6. ^a Página de 1880.....	49
Figura 7 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 9. ^a Página de 1880.....	49
Figura 8 - Livro de Receita e Despesa (1861-1879): Apuramento do saldo de 1861 ...	51
Figura 9 - Capa do Livro de Receita e Despesa (1867-1918)	56
Figura 10 - Livro do Tesoureiro: Receita de 1871	59
Figura 11 - Livro do Tesoureiro: Despesa de 1871	59
Figura 12 - Livro do Tesoureiro: Despesa de 1872.....	60
Figura 13 - Nota introdutória do Livro.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Transcrição do Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página de Receitas de 1875	41
Tabela 2 - Transcrição do Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página da Despesa de 1875	43
Tabela 3 - Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Resultados Anuais	46
Tabela 4 - Livro de Receita e Despesa (1861 - 1879): Desempenho Financeiro	52
Tabela 5 - Livro de Receita e Despesa (1867 - 1918): Desempenho Financeiro de julho 1879 a junho 1887	57

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento e justificação do tema

O estudo da História da Contabilidade tem vindo a ganhar cada vez mais relevância no âmbito da disciplina de contabilidade em geral, uma vez que permite compreender mais profundamente a forma como as práticas contabilísticas evoluíram e como foram moldadas por contextos sociais, institucionais e económicos específicos. Em vez de ser vista como um sistema puramente técnico e neutro, a contabilidade é hoje amplamente reconhecida como uma prática socialmente enraizada, intimamente ligada a processos de governação, controlo e prestação de contas (Hopwood, 1987; Miller & Napier, 1993).

A pertinência da Contabilidade Histórica reside também na sua capacidade de relacionar o passado com a compreensão das práticas contabilísticas atuais. O conhecimento dos métodos e procedimentos utilizados em diferentes contextos históricos permite compreender a evolução da disciplina, avaliar a adequabilidade das práticas contabilísticas adotadas ao longo do tempo, compreender a contabilidade moderna e refletir sobre os seus fundamentos (D. Gomes et al., 2011; Hopwood, 1987; Miller & Napier, 1993).

Neste domínio, a análise das práticas contabilísticas nas organizações religiosas oferece uma perspetiva particularmente valiosa. Historicamente, estas instituições desempenharam um papel central na assistência social, na vida espiritual e na organização comunitária, desenvolvendo sistemas administrativos e contabilísticos que refletiam não só preocupações económicas, mas também objetivos morais, religiosos e institucionais. Por isso, a análise destes registos permite compreender não só a dimensão financeira destas instituições, mas também a forma como a contabilidade atendia finalidades de continuidade institucional, cumprimento de obrigações religiosas, controlo interno e prestação de contas.

Apesar do crescente conjunto de estudos internacionais sobre contabilidade em contextos religiosos, a investigação existente tem privilegiado, em grande medida, instituições eclesiásticas de maior dimensão como mosteiros, conventos, catedrais ou ordens religiosas. Embora estes estudos sejam de elevada relevância, continuam a existir lacunas importantes no conhecimento sobre instituições religiosas leigas de escala local. Particularmente no contexto português, os estudos centrados nas práticas contabilísticas de confrarias e irmandades continuam a ser relativamente escassos, apesar da importância histórica destas organizações na vida social, religiosa e assistencial das comunidades

urbanas (Araújo, 2010; D. Duarte & Rodrigues, 2022; Leardini & Rossi, 2013; Malheiro, 2023; Manjón et al., 2012; Quattrone, 2004).

Esta lacuna é especialmente relevante quando se considera o século XIX português, um período marcado por profundas transformações políticas, sociais, económicas e institucionais. A afirmação do Liberalismo, a secularização, a reorganização das instituições religiosas, a extinção das ordens religiosas e as mudanças urbanas ocorridas em cidades como o Porto alteraram significativamente o enquadramento em que estas organizações atuavam. Assim, torna-se pertinente compreender o modo como uma irmandade religiosa organizava a sua contabilidade, geria os seus recursos, cumpria as suas obrigações religiosas e assistenciais e utilizava a informação contabilística para assegurar a sua continuidade.

É neste contexto que se insere a presente dissertação, dedicada à análise das práticas contabilísticas da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto entre 1861 e 1886. A escolha desta instituição justifica-se pela sua longa trajetória histórica, pela sua relevância local e pela existência de um conjunto significativo de fontes contabilísticas primárias conservadas no seu arquivo. O período em análise foi selecionado devido à sua relativa abrangência e consistência dos registos contabilísticos disponíveis. Embora esta delimitação temporal restrinja a análise a uma fase específica da história da Confraria, proporciona uma base documental sólida para um exame detalhado do seu sistema contabilístico.

Assim, esta dissertação pretende contribuir para colmatar a escassez de estudos sobre a contabilidade de irmandades portuguesas no século XIX, oferecendo uma análise centrada numa instituição religiosa leiga, urbana e assistencial.

1.2 Objetivos e metodologia da investigação

O principal objetivo desta investigação é analisar a organização do sistema contabilístico da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto durante o período compreendido entre 1861 e 1886. Mais especificamente, visa identificar os métodos de registo utilizados e examinar a natureza e as funções dos livros contabilísticos que sustentavam a administração financeira da Irmandade.

Para atingir este objetivo, a investigação orienta-se pelos seguintes objetivos específicos: primeiro, identificar e analisar os diferentes livros contabilísticos; segundo, caracterizar o sistema contabilístico utilizado pela Irmandade, descrevendo os seus procedimentos e lógica organizacional; terceiro, examinar a composição das receitas e despesas; quarto, comparar as práticas contabilísticas da Irmandade com as práticas conhecidas da época; quinto, analisar o papel e utilidade da informação contabilística na administração da Irmandade e, por último, observar de que modo é que, à luz da teoria da contingência, os fatores institucionais, administrativos e contextuais justificam as práticas contabilísticas adotadas.

Com base nestes objetivos, o estudo aborda as seguintes questões de investigação: como estava organizado o sistema contabilístico da Irmandade entre 1861 e 1886? Como é que este sistema se comparava aos sistemas de outras organizações da mesma época e/ou natureza? Que livros contabilísticos eram utilizados e quais eram as suas funções? Quais eram as principais fontes de receita e despesa? Qual era o papel e a utilidade da informação contabilística na administração da Irmandade? E de que modo é que os fatores institucionais, administrativos e contextuais justificam as práticas contabilísticas adotadas?

Metodologicamente, esta dissertação adota uma abordagem qualitativa e interpretativa. O estudo é desenvolvido sob a forma de um estudo de caso, focando-se na Irmandade e no período específico de 1861-1886, o que permite uma análise aprofundada e contextualizada. A base empírica da investigação assenta em fontes de arquivo primárias, nomeadamente livros de contabilidade conservados pela Confraria, incluindo livros de receitas e despesas, livros de legados, registos de inventário e o livro do tesoureiro.

1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo de introdução descreve o contexto e a justificação do tema de investigação, os objetivos e a metodologia do estudo, bem como a estrutura geral da dissertação. O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, abordando o enquadramento político, económico e social de Portugal e da cidade do Porto no século XIX, os objetivos e a importância da contabilidade histórica, a relação entre a contabilidade histórica e a religião, a evolução das práticas contabilísticas ao longo do tempo e a teoria da contingência. O terceiro

capítulo descreve a metodologia de investigação, detalhando a abordagem interpretativa adotada, a natureza qualitativa do estudo, o recurso à estratégia do estudo de caso e o papel das fontes de arquivo na investigação. O quarto capítulo é dedicado aos resultados da investigação, começando pelo enquadramento da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto e prosseguindo com a análise dos seus livros de contabilidade. No quinto capítulo procede-se à discussão dos resultados obtidos. Por fim, o sexto capítulo apresenta as principais conclusões do estudo, destacando os principais resultados, as contribuições da investigação, as suas limitações e sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Portugal e o Porto no século XIX: enquadramento político, económico e social

2.1.1 Transição do Antigo Regime para o Liberalismo

Em Portugal, a transição do Antigo Regime para o Liberalismo foi um processo prolongado de rutura política, institucional e social, que culminou decisivamente na Revolução de 1820, mas cujas raízes remontavam já às últimas décadas do século XVIII e aos primeiros anos do século XIX (Amaral, 2012; Cardoso, 2024). Mais do que um simples episódio de mudança governativa, tratou-se da desmontagem progressiva de uma ordem assente no privilégio, na desigualdade e na sobreposição entre poderes públicos e privados, e da tentativa de construção de um novo modelo político baseado na soberania da nação, na representação constitucional e na redefinição das estruturas do Estado (Amaral, 2012; Cardoso, 2024).

No Antigo Regime, a organização política e social portuguesa não assentava no princípio moderno de cidadania individual, nem numa ordem jurídica uniforme (Amaral, 2012). O reino funcionava segundo uma lógica corporativa e hierárquica, em que os indivíduos eram definidos sobretudo pela pertença a jurisdições particulares, com direitos e deveres diferenciados (Amaral, 2012). O exercício do poder fazia-se através de uma pluralidade de privilégios e isenções que impediam a distinção nítida entre esfera pública e esfera privada (Amaral, 2012). Neste contexto, conceitos centrais do liberalismo oitocentista, como igualdade perante a lei, sociedade civil ou propriedade privada, encontravam-se ainda por desenvolver (Amaral, 2012).

A especificidade portuguesa desta velha ordem era agravada pela forte dependência da aristocracia relativamente à Coroa (Amaral, 2012). Em grande parte, a nobreza vivia de benefícios, rendas, comendas e concessões régias, o que a tornava menos uma classe proprietária e empresarial do que uma classe rentista, fortemente ligada ao serviço régio e pouco orientada para o investimento produtivo (Amaral, 2012). Ao mesmo tempo, a estrutura da propriedade mantinha-se juridicamente fragmentada e complexa, com múltiplos direitos sobre a mesma terra, limitações à circulação dos bens e sobreposição de tributos, vínculos e jurisdições (Amaral, 2012). Deste modo, a transição para o Liberalismo implicava não apenas uma mudança constitucional, mas a destruição de uma organização social e institucional profundamente enraizada (Amaral, 2012).

Foi neste quadro que a revolução de 24 de Agosto de 1820, iniciada no Porto, assumiu um significado fundador (Cardoso, 2024). O pronunciamento militar exigiu o regresso de D. João VI, então no Brasil, contestou a regência que governava em seu nome e reivindicou a convocação de Cortes para dotar o país de uma Constituição (Cardoso, 2024). Este movimento representou o primeiro passo na edificação de um novo regime de monarquia constitucional e abriu um ciclo de transformação que marcaria todo o século XIX português nas suas dimensões política, institucional, social, económica e cultural (Cardoso, 2024).

A revolução surgiu, além disso, num contexto de crise profunda (Cardoso, 2024). Portugal era um reino europeu com a capital instalada no Brasil, governado por um rei ausente e por uma regência fortemente condicionada pela influência britânica, num momento em que ainda se faziam sentir os efeitos devastadores das invasões napoleónicas (Cardoso, 2024). Neste sentido, o movimento de 1820 foi percecionado pelos seus protagonistas como um esforço de regeneração nacional, destinado a restaurar a soberania política, reformar as instituições e devolver ao país capacidade de decisão sobre o seu próprio destino (Cardoso, 2024). Não por acaso, vários contemporâneos preferiram designar o processo como “regeneração”, termo que sublinhava a ideia de renovação do corpo político e social (Cardoso, 2024).

O liberalismo afirmado a partir de 1820 implicava, por sua vez, uma nova conceção da legitimidade política (Cardoso, 2024). A soberania deixava de residir exclusivamente na pessoa do monarca para passar a ser atribuída à nação; defendia-se a separação de poderes, a limitação do arbítrio e a liberdade de expressão na esfera pública (Cardoso, 2024). Ainda que o liberalismo português tenha tido um percurso sido conflituoso e marcado por avanços e recuos, é incontestável que rompeu com os fundamentos do Antigo Regime e introduziu uma linguagem de cidadania, representação e constitucionalismo até então ausente na ordem política (Cardoso, 2024).

É preciso fazer notar que a transição portuguesa não foi linear nem imediata (Amaral, 2012; Cardoso, 2024). Entre 1820 e 1834 sucederam-se golpes, reações e confrontos que culminaram na guerra civil, demonstrando a resistência das forças absolutistas e a dificuldade em consolidar a nova ordem (Cardoso, 2024). Tal resistência não decorria apenas da defesa ideológica da monarquia tradicional, mas também do facto de o liberalismo ameaçar estruturas sociais, económicas e institucionais antigas, alicerçadas em privilégios corporativos, jurisdições particulares e formas tradicionais de autoridade

(Amaral, 2012). O século XIX português deve, por isso, ser entendido, como um tempo de transição, marcado por uma destruição tensa e incompleta da velha organização e pela construção de uma nova (Amaral, 2012; Cardoso, 2024).

Essa complexidade torna-se ainda mais clara quando se observa o plano local (P. Fernandes, 2006). No final do Antigo Regime, o poder municipal encontrava-se frequentemente concentrado em elites oligárquicas, por vezes aristocratizadas, ligadas entre si por laços familiares, tradição de serviço e prestígio social (P. Fernandes, 2006). A legislação eleitoral régia favorecia claramente essa concentração, reservando os principais cargos da política local às “pessoas mais nobres e da governança da terra”, e excluindo o povo da escolha efetiva dos decisores municipais (P. Fernandes, 2006). Com a chegada do Liberalismo, os critérios de recrutamento político alteraram-se, passando a valorizar crescentemente critérios censitários, de riqueza, instrução e influência local, em detrimento da simples hereditariedade e do sangue (P. Fernandes, 2006). Ainda assim, a mudança não significou rutura total, pois em muitos casos as antigas elites souberam adaptar-se e conservar posições de poder no novo regime (P. Fernandes, 2006).

A própria sociedade portuguesa conhecia, aliás, sinais de transformação antes mesmo da consolidação liberal (Tengarrinha, 2006). Como tem sido salientado para o mundo rural, o final do Antigo Regime foi marcado por tensões crescentes: agravamento das desigualdades, conflitos anti-senhoriais, pressões fiscais, expansão do comércio interno e novas formas de petição e articulação entre interesses locais e centrais (Tengarrinha, 2006). Verificou-se uma lenta passagem da sociabilidade tradicional para formas mais alargadas de participação e contestação, o que ajuda a compreender que a revolução liberal não tenha surgido num vazio social, mas num terreno previamente marcado por fraturas, expectativas e experiências de mobilização (Tengarrinha, 2006).

Em suma, a transição do Antigo Regime para o Liberalismo, em Portugal, deve ser entendida como um processo histórico de grande profundidade, no qual convergiram a crise da monarquia tradicional, a afirmação do constitucionalismo, a recomposição das elites e a reordenação das instituições (Amaral, 2012; Cardoso, 2024; P. Fernandes, 2006; Tengarrinha, 2006). A Revolução de 1820 abriu politicamente esse ciclo, mas a sua consolidação exigiu décadas de conflito, adaptação e reconstrução (Amaral, 2012; Cardoso, 2024). Foi neste contexto que se lançou a base do Estado liberal e se criaram as condições para as transformações institucionais, económicas e sociais que moldariam

Portugal ao longo do século XIX (Amaral, 2012; Cardoso, 2024; P. Fernandes, 2006; Tengarrinha, 2006)

2.1.2 Liberalismo, secularização e reorganização das instituições religiosas

A implantação do Liberalismo em Portugal alterou profundamente a posição institucional da Igreja e das organizações religiosas, ao deslocar para o Estado liberal uma parte crescente das competências de regulação, tutela e administração que, no Antigo Regime, se articulavam mais estreitamente com o clero (Dix, 2010; M. A. Rodrigues, 1980). Neste novo contexto, a secularização não deve ser entendida apenas como perda de religiosidade, mas sobretudo como um processo de redefinição das fronteiras entre o poder civil e o poder religioso, com consequências diretas sobre o estatuto jurídico, económico e social das instituições católicas (Dix, 2010). Em Portugal, essa transformação assumiu desde cedo um carácter regalista, visível no controlo das nomeações eclesiásticas, na limitação da autonomia do clero e na crescente subordinação da vida religiosa às prioridades do Estado liberal (Martins, 1989).

A rutura tornou-se particularmente evidente durante e após a guerra civil, quando o poder liberal reverteu benefícios eclesiásticos providos por D. Miguel, proibiu admissões a ordens sacras e a entrada em noviciados, e reforçou a intervenção do Estado sobre a organização da Igreja (Martins, 1989). O decreto de 30 de maio de 1834 representou o momento mais expressivo dessa política, ao extinguir conventos, mosteiros, colégios, hospícios e outras casas religiosas, incorporando os seus bens no património estatal (Martins, 1989). Deste modo, o Liberalismo não se limitou a enfraquecer o peso simbólico da Igreja: promoveu uma efetiva reorganização institucional do campo religioso, atingindo os seus recursos, a sua capacidade de reprodução e a sua presença pública tradicional (Dix, 2010; Martins, 1989).

Contudo, este processo não significou o desaparecimento do religioso da sociedade portuguesa, mas antes a sua recomposição sob novas condições políticas e administrativas (Dix, 2010). Na segunda metade do século XIX, o conflito entre laicismo e catolicismo mostrou que a questão religiosa permanecia central, quer no debate sobre a educação, a assistência e a família, quer na crítica à influência social do clero e das congregações (Catroga, 1988). Ao mesmo tempo, a resposta católica ao Liberalismo foi-se

reorganizando no plano doutrinal e associativo, como demonstra a receção portuguesa das encíclicas sobre o liberalismo e a consciencialização da necessidade de intervenção católica na sociedade (Martins, 1989).

Importa ainda sublinhar que a secularização liberal conviveu com importantes estruturas institucionais e devocionais, sobretudo em corporações leigas de assistência e culto (A. Magalhães, 2021). O caso da Misericórdia de Viana do Castelo mostra que, ao longo do século XIX, se mantiveram práticas religiosas intensas, como missas, procissões e sermões (A. Magalhães, 2021). Assim, no Portugal oitocentista, o Liberalismo produziu simultaneamente secularização e reorganização das instituições religiosas: reduziu privilégios, submeteu estruturas tradicionais ao poder civil e redefiniu o lugar público da Igreja, mas não eliminou a persistência social e institucional do fenómeno religioso (Catroga, 1988; Dix, 2010; A. Magalhães, 2021; M. A. Rodrigues, 1980).

2.1.3 A extinção das ordens religiosas e as suas consequências

A extinção das ordens religiosas em Portugal consumou-se juridicamente com o decreto de 30 de maio de 1834, promulgado no quadro da reforma geral eclesiástica conduzida pelo ministro Joaquim António de Aguiar, e determinou a supressão de conventos, mosteiros, colégios, hospícios e demais casas de religiosos das ordens regulares, ficando as casas femininas sujeitas a um encerramento gradual, pois não podiam admitir novos membros e iam fechando à medida que as freiras existentes faleciam (H. Rodrigues, 2004; M. Silva & Lencart, 2024). Esta medida não surgiu isoladamente, antes culminou um processo mais longo de ofensiva liberal sobre o clero, mas foi em 1834 que a rutura assumiu plena expressão legal e administrativa, reorganizando em profundidade a relação entre Estado e Igreja (R. Rodrigues, 2017; M. Silva & Lencart, 2024). Do ponto de vista material, o aspeto decisivo foi a incorporação dos bens das casas religiosas extintas na esfera estatal, passando estes a integrar a categoria dos chamados “bens nacionais” e a ficar sob tutela da Fazenda Pública (também designada por Fazenda Nacional), circunstância essencial para compreender a transferência de rendimentos, direitos e encargos antes ligados aos conventos para o aparelho financeiro do Estado liberal (H. Rodrigues, 2004; R. Rodrigues, 2017; M. Silva & Lencart, 2024).

As consequências administrativas desta medida foram vastas, pois a extinção implicou a elaboração de inventários, a arrecadação de bens móveis e imóveis, a classificação de

cartórios, livrarias, manuscritos e objetos de culto, bem como a sua redistribuição por diferentes entidades do Estado (R. Rodrigues, 2017; M. Silva & Lencart, 2024). As instruções complementares ao decreto determinaram formalmente a tomada de posse, para a Fazenda Pública, dos bens pertencentes às casas religiosas extintas, exigindo ainda a declaração de dívidas, rendimentos, foros, pensões, juros, dinheiro e demais efeitos valiosos, o que mostra que a extinção não teve apenas um significado político ou religioso, mas também uma dimensão financeira e burocrática muito concreta (R. Rodrigues, 2017). Simultaneamente, esta operação revelou-se frequentemente caótica, produzindo dispersão de arquivos, bibliotecas e bens artísticos e perdas patrimoniais, apesar das tentativas de controlo, inventário e centralização promovidas pelo Estado liberal (R. Rodrigues, 2017; M. Silva & Lencart, 2024).

Para além destas consequências patrimoniais e administrativas, a extinção das ordens religiosas teve efeitos humanos e sociais imediatos sobre os antigos religiosos, muitos dos quais, despojados dos bens comunitários e afastados dos espaços conventuais, regressaram às terras de origem, passaram a depender de prestações estatais ou procuraram sobreviver através da catequese, do ensino e, em alguns casos, da mendicância (H. Rodrigues, 2004). Em regiões como o Alto-Minho, a exclaustração significou, por isso, não apenas a dissolução de comunidades, mas também a redistribuição local de agentes com instrução e cultura escrita, alguns deles com impacto na alfabetização, no ensino e formação das populações (H. Rodrigues, 2004). Em suma, o decreto de 1834 representou uma medida de rutura que extinguiu as ordens regulares, absorveu na Fazenda Nacional os seus bens e rendimentos e desencadeou um processo simultaneamente fiscal, administrativo, social e patrimonial, cujos efeitos se projetaram muito para além do encerramento formal dos conventos e ajudam a explicar a reconfiguração das relações económicas entre instituições religiosas e Estado no Portugal liberal (H. Rodrigues, 2004; R. Rodrigues, 2017; M. Silva & Lencart, 2024).

2.1.4 O Porto no século XIX: crescimento económico, comércio e industrialização

O Porto oitocentista afirmou-se como o principal centro urbano do Norte de Portugal, articulando de forma particularmente intensa funções comerciais, industriais e portuárias, num processo de crescimento que acelerou ao longo do século XIX (Bonifácio, 1986;

Cordeiro, 1996). Na primeira metade do século, a cidade já revelava uma base industrial significativa, mas foi sobretudo entre 1845 e 1852 que se tornou visível uma mudança estrutural, marcada pelo aumento do número de estabelecimentos e de operários e pela consolidação do sector têxtil algodoeiro como eixo dominante da industrialização portuense (M. Magalhães, 1988). Neste intervalo de tempo, o número de estabelecimentos passou de 276 para 496 e o de operários de 3392 para 6090, sendo o têxtil responsável por uma parte muito expressiva desse crescimento (M. Magalhães, 1988).

Esta industrialização, contudo, não correspondeu plenamente ao modelo clássico da grande fábrica concentrada, mecanizada e fortemente capitalizada, antes se caracterizando pela coexistência de formas produtivas modernas e tradicionais (Cordeiro, 1996; M. Magalhães, 1988). Na segunda metade do século, a estrutura industrial do Porto continuou a assentar em grande medida na pequena unidade oficial, no trabalho ao domicílio e numa limitada concentração fabril, circunstância que ajuda a explicar a reduzida visibilidade urbanística da indústria na cidade (Cordeiro, 1996). Assim, mais do que uma rutura brusca, a industrialização portuense configurou um processo híbrido, em que a modernização coexistiu com persistências manufatureiras e com uma forte dependência de mão de obra abundante e barata, sobretudo no sector têxtil (Cordeiro, 1996; M. Magalhães, 1988; Pereira, 1994).

A centralidade económica do Porto não se esgotava, porém, na indústria, já que a cidade continuava a ser também uma praça comercial de primeira ordem devido ao vinho do Porto e às atividades de exportação (Bonifácio, 1986). A Associação Comercial do Porto, fundada em 1834, pretendia representar o comércio nortenho no seu conjunto, mas foi concentrando progressivamente a sua ação sobre a defesa dos interesses ligados ao comércio vinícola, o que mostra o peso estrutural do sector exportador na economia urbana portuense (Bonifácio, 1986). Deste modo, o Porto oitocentista deve ser entendido como uma cidade em que indústria e comércio não se opunham de forma simples, antes coexistiam e disputavam centralidade institucional num quadro económico complexo (Alves, 1996; Bonifácio, 1986).

Essa complexidade refletiu-se também no plano associativo e na representação dos interesses económicos, uma vez que os industriais portuenses procuraram autonomizar-se face à Associação Comercial do Porto e criar formas próprias de organização e pressão política (Alves, 1996). O associativismo industrial emergente mostrou, contudo, que o

mundo produtivo portuense estava longe de ser homogéneo, dividindo-se entre sectores mais tradicionais e sectores mais interessados na modernização técnica, no ensino industrial e na inovação (Alves, 1996). A economia da cidade apresentava, assim, não apenas diversidade de atividades, mas também divergências internas quanto aos caminhos desejáveis para o seu desenvolvimento (Alves, 1996).

O crescimento económico e demográfico da cidade teve repercussões profundas na sua configuração social e urbana, sobretudo a partir da década de 1870, quando a expansão industrial e a atração exercida sobre os espaços rurais envolventes intensificaram o aumento populacional (Cordeiro, 1996; Pereira, 1994). No final do século XIX, quase um terço da população do Porto vivia em “ilhas”, forma de habitação operária e popular que traduzia simultaneamente a pressão demográfica, a escassez de alojamento acessível e a estreita articulação entre espaço doméstico, trabalho e estratégias familiares de sobrevivência (Pereira, 1994). As “ilhas” exprimiam, por isso, a outra face do dinamismo económico da cidade: a da sobrelotação, da insalubridade, da segregação social e da crescente visibilidade da questão habitacional no espaço urbano portuense (Pereira, 1994).

Concluindo, o Porto do século XIX foi uma cidade de crescimento económico efetivo, impulsionado por uma base comercial antiga e por uma industrialização real, mas estruturalmente desigual e incompleta (Bonifácio, 1986; Cordeiro, 1996; M. Magalhães, 1988). A sua especificidade residiu precisamente na articulação entre comércio exportador, expansão têxtil, persistência de formas produtivas dispersas, associativismo económico e agravamento de tensões sociais próprias de uma cidade em transformação (Alves, 1996; Pereira, 1994). Neste sentido, o Porto oitocentista surge não apenas como espaço económico dinâmico, mas como um espaço socialmente reconfigurado pelo trabalho, pela mobilidade, pela urbanização e pelas desigualdades que acompanharam o seu processo de crescimento (Cordeiro, 1996; Pereira, 1994).

2.1.5 Sociedade portuense, assistência e religiosidade urbana

O Porto do século XIX apresentava um tecido social profundamente diversificado, resultante da expansão económica e urbana que marcou a cidade ao longo deste período (Bonifácio, 1986; Cordeiro, 1996; Pereira, 1994). Nele coexistiam grupos mercantis ligados ao comércio e à exportação, sobretudo vinícola, setores artesanais e oficinais de

forte implantação local, núcleos operários em crescimento e amplas camadas populares sujeitas a condições materiais precárias (Bonifácio, 1986; Cordeiro, 1996; P. G. Fernandes, 2000). Esta composição social conferia ao Porto um perfil urbano dinâmico, mas também profundamente desigual, em que riqueza, trabalho e pobreza se cruzavam de forma estreita no espaço citadino (Cordeiro, 1996; P. G. Fernandes, 2000; Pereira, 1994). Neste contexto, a análise da assistência e da religiosidade urbana torna-se particularmente relevante para compreender as formas de enquadramento social e espiritual que marcaram a vida da cidade ao longo do século XIX (Clemente, 1991; Resende, 2025).

Essa estrutura social assentava, porém, em condições de vida frequentemente marcadas pela precariedade, pela insalubridade e pela exposição constante à doença e à mortalidade (David, 1992; P. G. Fernandes, 2000; Pereira, 1994). A fragilidade da habitação, a sobrelotação dos espaços populares e a insuficiência das infraestruturas urbanas agravavam a vulnerabilidade de amplos setores da população portuense, sobretudo entre as classes trabalhadoras e mais pobres (P. Fernandes, 2006; Pereira, 1994). No final do século XIX, a elevada mortalidade da cidade, em especial a mortalidade infantil e a associada às doenças respiratórias e epidémicas, mostra que a pobreza urbana não era apenas uma condição económica, mas uma realidade que comprometia profundamente a estabilidade familiar e a sobrevivência quotidiana (David, 1992). Neste quadro, o Porto oitocentista surge não apenas como cidade de crescimento, mas também como espaço de risco social, onde carência, enfermidade e desproteção constituíam experiências recorrentes para uma parte significativa da população urbana (David, 1992; Pereira, 1994).

Foi precisamente nesse contexto que as instituições assistenciais assumiram particular importância, funcionando como estruturas de socorro, enquadramento e mediação num meio urbano fortemente marcado pela necessidade (Clemente, 1991; David, 1992). A assistência procurava responder a problemas concretos de pobreza, enfermidade, desproteção e morte, que atravessavam a sociedade portuense oitocentista (David, 1992). Misericórdias, ordens terceiras, confrarias e irmandades integravam-se nesse universo institucional de resposta social, oferecendo ajuda material, acompanhamento espiritual, sufrágios, apoio em contexto de doença e formas de pertença coletiva particularmente relevantes para indivíduos e famílias vulneráveis (Clemente, 1991; Resende, 2025). Neste contexto, as irmandades surgem não apenas como associações de culto, mas como

entidades que articulam convivência, auxílio e proteção religiosa, desempenhando funções particularmente significativas numa cidade socialmente desigual e fragilmente (Clemente, 1991; Pereira, 1994).

Ao mesmo tempo, a cidade liberal não deixou de ser um espaço profundamente religioso, conservando formas intensas e visíveis de religiosidade urbana que continuaram a estruturar práticas coletivas, ritmos cerimoniais e expressões públicas de devoção (Clemente, 1991; Resende, 2025). O estudo dos armadores de igrejas mostra que o Porto oitocentista mantinha uma forte cultura material do culto, expressa em armações efêmeras, solenidades e festas que transformavam os espaços eclesiais e reforçavam a presença pública da religião na vida cidadina (Resende, 2025). Por sua vez, a análise de Manuel Clemente permite perceber que, apesar da laicização liberal e da redução do peso institucional do clero, o século XIX conheceu também novas formas de intervenção religiosa dos leigos e uma recomposição militante do catolicismo, em reação às transformações políticas e institucionais do período (Clemente, 1991). O Porto liberal deve, por isso, ser entendido não como um espaço de desaparecimento do religioso, mas como uma cidade em que transformação social, modernização urbana e permanência da vida religiosa coexistiram de forma tensa, mas duradoura (Clemente, 1991; Resende, 2025).

Em suma, o Porto do século XIX era uma cidade em expansão e socialmente diferenciada, onde coexistiam grupos mercantis, artesanais, operários e populares, inseridos numa estrutura urbana marcada por fortes desigualdades (Bonifácio, 1986; Cordeiro, 1996; Pereira, 1994). Esta diferenciação convivía com formas agudas de vulnerabilidade social, visíveis na pobreza habitacional, na doença, na precariedade e na elevada mortalidade, circunstâncias que conferiam grande relevância às instituições assistenciais de matriz religiosa (David, 1992; P. G. Fernandes, 2000; Pereira, 1994). Neste contexto, as irmandades assumiam um lugar importante na vida urbana, ao articularem ajuda material, enquadramento espiritual, sociabilidade devocional e participação no culto (Clemente, 1991; Resende, 2025). Assim, longe de apagar a religião, a cidade liberal continuou a integrá-la no seu quotidiano, nas suas práticas e nas suas instituições, o que ajuda a compreender a persistência e a função das corporações religiosas na vida social do Porto oitocentista (Clemente, 1991; Resende, 2025).

2.2 Objetivos e importância da Contabilidade Histórica

Atualmente, a contabilidade histórica afirma-se como um campo de investigação autónomo e consolidado, dotado de produção científica própria que vai para lá de uma abordagem meramente descritiva das técnicas contabilísticas (Hopwood, 1987; Miller & Napier, 1993). O seu desenvolvimento está intimamente ligado ao alargamento do conceito de contabilidade, que deixa de ser entendida apenas como um conjunto de procedimentos técnicos de registo e relato, aparentemente neutros, passando a ser encarada como uma prática social situada, com um papel ativo na governação, no controlo organizacional e na construção de racionalidades económicas e institucionais (Hopwood, 1987; Miller & Napier, 1993). Neste sentido, a literatura evidencia que a contabilidade não se limita a refletir uma realidade económica pré-existente, mas contribui ativamente para a configuração dessa realidade, influenciando relações de poder e mecanismos de prestação de contas (Hopwood, 1987; Miller & Napier, 1993).

Compreender o passado constitui o principal objetivo dos estudos de contabilidade histórica, sendo o interesse por esse conhecimento simultaneamente intelectual e utilitário (Napier, 1989). O interesse intelectual manifesta-se na valorização do passado enquanto objeto de estudo em si mesmo, bem como na procura de compreender os processos através dos quais o pensamento contabilístico, as práticas e as instituições evoluíram ao longo do tempo (Napier, 1989). Esta compreensão permite identificar os fatores que impulsionam a mudança e analisar os mecanismos subjacentes a esse processo evolutivo (Napier, 1989). Por sua vez, o interesse utilitário decorre do facto de que o conhecimento das origens de conceitos e práticas ainda em uso contribuir para a identificação de soluções aplicáveis aos desafios da contabilidade moderna (Napier, 1989).

A investigação histórica pode ser narrativa, para estabelecer e descrever factos, ou interpretativa, para avaliar relações e fornecer interpretações, aproximando-se das metodologias das ciências sociais (Previts et al., 1990). Independentemente da abordagem adotada, a história da contabilidade desempenha um papel relevante no apoio à investigação contemporânea, nomeadamente na formulação de políticas, práticas e normas contabilísticas, ao fornecer uma compreensão sobre como se chegou às situações atuais (Previts et al., 1990). Ao mesmo tempo, familiariza os investigadores e profissionais com os indivíduos, as ideias, as experiências e as lições que constituem a

herança da disciplina, incentivando uma perspectiva mais ampla da contabilidade e do seu contexto (Previts et al., 1990).

A importância da contabilidade histórica estende-se também ao domínio do ensino, uma vez que a ausência de uma compreensão histórica da disciplina aumenta o risco de explicações inadequadas ou incompletas, resultantes da falta de enquadramento contextual e do recurso a interpretações simplistas (Previts et al., 1990). A adoção de uma perspectiva histórica sobre conceitos e práticas contabilísticas permite a construção de uma base teórica mais sólida e enriquecida, favorecendo uma compreensão mais profunda da disciplina. Assim, os conceitos e práticas contabilísticas modernas são mais adequadamente explicados quando analisados à luz do seu contexto histórico (Previts et al., 1990).

Numa perspectiva política, os estudos de contabilidade histórica também assumem relevância, na medida em que a análise de documentos legislativos permite obter informação útil sobre as políticas governamentais e as suas intenções, bem como sobre a evolução de códigos contabilísticos relevantes (Previts et al., 1990). Este tipo de investigação pode, por sua vez, auxiliar os legisladores a compreender melhor a relação entre políticas adotadas e os seus resultados económicos e/ou políticos (Previts et al., 1990).

Para os profissionais da contabilidade, o conhecimento dos métodos e práticas do passado constitui igualmente uma base sólida para avaliar a adequabilidade dos procedimentos por si adotados (Previts et al., 1990).

Apesar da sua relevância, a literatura sublinha que a valorização da contabilidade histórica depende da capacidade dos investigadores: demonstrarem a relevância e aplicabilidade contemporânea da sua investigação; associarem-se a autores da contabilidade histórica e de outras disciplinas; escreverem a sua investigação de um modo informativo e atraente; e, por último, aperfeiçoarem as suas metodologias de investigação histórica (D. Gomes et al., 2011). Estas preocupações reforçam a importância da contabilidade histórica não apenas como um exercício académico, mas como um contributo relevante para a compreensão e melhoria da contabilidade moderna (D. Gomes et al., 2011; Hopwood, 1987; Miller & Napier, 1993).

2.3 Contabilidade Histórica e a Religião

A literatura em História da Contabilidade, no contexto das organizações religiosas, permite compreender a contabilidade para além da sua dimensão estritamente económico-financeira, assumindo funções de *accountability* e controlo (Carmona & Ezzamel, 2006). Em contextos religiosos, a contabilidade emerge frequentemente associada a lógicas de disciplina, governação interna, legitimação moral e prestação de contas perante hierarquias religiosas e, em determinados casos, perante entidades seculares (Leardini & Rossi, 2013; Robbins & Lapsley, 2015). Neste enquadramento, é ainda pertinente considerar a articulação entre contabilidade, prestação de contas e governação proposta por Carnegie e Napier (2023). Segundo os autores, a contabilidade materializa a prestação de contas, a prestação de contas sustenta a governação e a governação pressupõe sistemas contabilísticos capazes de produzir informação relevante e transparente. Os estudos aqui analisados, abrangendo um período entre o século XIII e o século XX e diferentes espaços europeus, convergem na ideia de que as práticas contabilísticas são moldadas por valores, doutrinas, estruturas de autoridade e relações de poder próprias do contexto religioso.

Um contributo particularmente influente para esta questão encontra-se em Quattrone (2004), ao analisar a Companhia de Jesus nos séculos XVI e XVII, em Itália. O autor defende que o desenvolvimento da contabilidade jesuíta não pode ser reduzido a uma perspetiva económica centrada na medição e na alocação de recursos, uma vez que as práticas contabilísticas teriam sido desenvolvidas em articulação com a doutrina absolutista da Igreja Católica Romana e como resultado de um contexto político complexo. Neste quadro, Quattrone identifica a emergência de três sistemas de contabilidade distintos: “contabilidade para os pecados”, “contabilidade para as universidades” e “contabilidade para a alma”. Ilustrando, assim, como a contabilidade pode assumir funções de orientação moral e espiritual, bem como de organização e governação (Quattrone, 2004). A relevância deste estudo reside, assim, em deslocar o foco da contabilidade enquanto mero instrumento técnico, propondo a sua leitura como prática dotada de finalidades múltiplas e repleta de significados religiosos e políticos.

Esta interpretação encontra eco em análises que evidenciam o papel da contabilidade nas relações de poder no interior das comunidades religiosas. Leardini e Rossi (2013), ao estudarem o Convento de Santa Maria della Scala (Verona, Itália) durante a Idade Média, observam o papel desempenhado pela contabilidade no reforço das relações hierárquicas

e horizontais entre os frades. Neste caso, a contabilidade surge como elemento contribuidor para a ordem organizacional, participando na coordenação interna, em vez de ser apenas um simples registo neutro de transações (Leardini & Rossi, 2013). Numa perspetiva mais ampla, Carvalho e Bonfim (2023) reforçam empiricamente a ideia de que, em ambientes eclesiásticos dos séculos XVII e XVIII, a diversidade de métodos de escrituração era a regra, em grande medida devido aos distintos contextos e regiões em que as instituições se inseriam. Os mesmos autores sublinham ainda que a contabilidade possuía fins disciplinares, com cada organização a prestar contas aos seus superiores hierárquicos, confirmando a importância da *accountability* nos sistemas contabilísticos religiosos (C. Carvalho & Bonfim, 2023).

Araújo (2010), a partir da análise dos livros de contabilidade e de outros documentos do Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo (Portugal), nos séculos XVIII e XIX, descreve a forma como os livros se encontravam estruturados, a ligação entre eles e os circuitos de prestação de contas, incluindo a identificação de quem prestava contas e a quem essas contas eram dirigidas. O estudo evidencia, deste modo, uma contabilidade organizada como sistema integrado, em que a coerência entre registos e a rastreabilidade documental se articulam com exigências de controlo (Araújo, 2010). No caso do Mosteiro dos Jerónimos (Portugal), Ferreira e Martins (2025) descrevem o sistema contabilístico e as práticas existentes em 1833, com base no livro de Receita e Despesa, permitindo observar o design das contas, os mecanismos de controlo e a utilidade da informação para a análise económico-financeira do Mosteiro (Ferreira & Martins, 2025). Num horizonte temporal mais recuado, S. A. Gomes (2013) estuda uma fonte de contabilidade monástica datável de 1257–1259, originária do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (Portugal), da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. A importância deste trabalho reside em evidenciar a antiguidade e continuidade de práticas de registo e de gestão no interior das comunidades religiosas, bem como possibilitar a perceção em grande detalhe da atividade diária deste mosteiro, mesmo após tantos séculos terem passado (S. A. Gomes, 2011). Ainda em Portugal, Malheiro (2023) analisa a contabilidade da Congregação de São Bento no século XVIII, descobrindo que a escrituração utilizava o método de carga e descarga e se apresentava meticulosa e organizada, recorrendo a uma diversidade de livros contabilísticos. Este estudo reforça a ideia de que, em determinadas organizações religiosas, a complexidade administrativa e a necessidade de controlo e de prestação de

contas resultaram em sistemas contabilísticos mais variados e sistemáticos (Malheiro, 2023).

A investigação sobre confrarias e irmandades tem evidenciado a diversidade técnica e a influência de fatores organizacionais na definição das práticas contabilísticas. Manjón et al. (2012), ao analisarem o conteúdo contabilístico de seis irmandades de Sevilha (Espanha) no século XVI, verificaram que organizações religiosas com crenças e objetivos sagrados comuns, mas cujos membros apresentavam diferentes níveis de conhecimento sobre contabilidade, revelavam diferenças no estado da contabilidade e na abertura à adoção de novas técnicas. Este enquadramento é relevante por introduzir uma dimensão explicativa centrada nas competências e na cultura organizacional, sugerindo que a uniformidade de fins religiosos não implica uniformidade de práticas contabilísticas, sobretudo quando variam as capacidades técnicas dos agentes e as disposições institucionais para a mudança (Manjón et al., 2012). Em linha com uma perspetiva de longa duração, Duarte e Rodrigues (2022) estudaram os processos contabilísticos multicentenários (1581–1762) na Irmandade de Santa Cruz, em Braga (Portugal), evidenciando que a informação financeira era dirigida aos Irmãos da administração e sublinhando a existência de regras minuciosas e uma escrituração orientada para o controlo de contas por atividades e recursos. A análise sugere uma contabilidade funcionalmente orientada para a governação interna e o controlo, mais do que para o relato a partes interessadas externas, reforçando a primazia dos destinatários internos na forma e no conteúdo do relato contabilístico (D. Duarte & Rodrigues, 2022).

Villaluenga De Gracia (2013) ao estudar a gestão da Catedral de Toledo no século XVI, observa que a instituição era administrada por homens com conhecimentos avançados de gestão e contabilidade, o que terá favorecido a adoção do método das partidas dobradas ainda nesse século. Este resultado é particularmente pertinente para a discussão sobre difusão a adoção de técnicas contabilísticas, pois demonstra como determinados ambientes eclesiásticos, em virtude das suas necessidades de gestão e da qualificação dos seus administradores, podiam adotar técnicas contabilísticas modernas e inovadoras, contrariando leituras que automaticamente associam a esfera religiosa a conservadorismo técnico (Villaluenga De Gracia, 2013)

Por fim, a relação entre contabilidade e religião estende-se também ao debate contemporâneo sobre transparência e *accountability*. Robbins e Lapsley (2015) analisam o desafio da transparência na contabilidade pública a partir do caso de um hospital

irlandês que, após quase 60 anos sob gestão de uma caridade religiosa, transitou para administração estatal. O estudo evidencia as dificuldades em produzir informação financeira transparente depois de décadas de privacidade, indicando tensões entre culturas organizacionais e regimes de prestação de contas distintos (Robbins & Lapsley, 2015).

Em suma, esta literatura permite sustentar que a contabilidade em organizações religiosas deve ser compreendida como prática social e institucional, frequentemente orientada por finalidades morais, disciplinares e de governação. A diversidade de métodos de escrituração, observada em diferentes ordens, congregações, conventos, catedrais e irmandades, parece depender de contextos regionais e institucionais, de estruturas de autoridade e de qualificação dos administradores, o que desafia narrativas lineares de evolução técnica e vai ao encontro do previsto pela teoria da contingência.

2.4 Contabilidade Histórica em Portugal

A literatura reconhece a introdução, no final da Idade Média, de sistemas de partida dual nos bancos italianos, nos quais cada lançamento implicava pelo menos duas contas, embora ainda sem identificação explícita de contrapartida, constituindo um passo precursor, mas distinto, do método das partidas dobradas (Sangster, 2018). De acordo com Esteve (2017), a consolidação deste último método irá decorrer das necessidades crescentes de fiabilidade e utilidade da informação financeira e patrimonial.

No domínio eclesiástico, vimos que a contabilidade desempenhava dois papéis distintos: a gestão económico-financeira e a disciplina organizacional (C. Carvalho & Bonfim, 2023). Contudo, observamos que a diversidade de métodos era a regra. Uma vez que não havia imposição estatal ou eclesiástica de um método único, cada instituição selecionava a forma de escrituração mais adequada à sua realidade (C. Carvalho & Bonfim, 2023).

Em Portugal, a trajetória da evolução da contabilidade apresenta especificidades. Entre a fundação do reino e finais do século XV, a prática mais comum era a escrituração por partidas simples e registos cronológicos ou por natureza, com apuramento do saldo apenas no fecho dos livros de receita e despesa (Paixão & Lourenço, 1994). As operações eram descritas numa única conta, sem contrapartida, dificultando o controlo e remetendo o conhecimento do estado global das contas para a comparação final de totais (Paixão & Lourenço, 1994).

O método das partidas simples, também conhecido como “carga e descarga”, era amplamente utilizado pela sua execução simples e pela menor exigência de conhecimentos técnicos dos responsáveis (C. Carvalho & Bonfim, 2023). Este método registava as operações “carregando” a entidade ao contrair obrigações/direitos e “descarregando-a” quando as mesmas terminavam, e utilizava débitos e créditos de modo similar às partidas dobradas, mas sem utilizar conceitos patrimoniais como ativos e passivos, nem contemplar sistematicamente contas de imobilizado, capital e amortizações (C. Carvalho & Bonfim, 2023). A escolha por métodos mais simples refletia tanto a disponibilidade de competências como a adequação a escalas e atividades concretas.

No contexto eclesiástico, a literatura permite identificar diversos exemplos de instituições que recorreram ao método das partidas simples, como, por exemplo, a Irmandade de Santa Cruz, em Braga, que sabemos ter utilizado tal método entre 1581 e 1762 (D. Duarte & Rodrigues, 2022). Também a Congregação de São Bento de Portugal (século XVIII) adotou este sistema, realizando a sua contabilidade através de vários livros especializados, como o “Livro do Depósito”, destinado ao registo das entradas e saídas de numerário, o “Livro do Gasto”, para registo das despesas, e ainda o “Livro do Dinheiro que a Congregação tomou a juro por conta do Mosteiro de Lisboa”, no qual se registavam tanto os juros devidos por empréstimos contraídos como os juros a receber por empréstimos concedidos (Malheiro, 2023). Outro caso relevante é o do Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo (séculos XVIII – XIX), que também recorria a diversos livros contabilísticos, incluindo os “Livros de Receita e Despesa”, os “Livros de Dinheiro” (para o registo de recebimentos e pagamentos em numerário), os livros dos “Caseiros e Pão comprado” (para registo das rendas recebidas com pagamentos em espécie e das compras de pão), e os livros de juros a receber e a pagar para controlo dos seus empréstimos, entre outros (Araújo, 2010).

O Mosteiro de Alcobaça constitui um exemplo paradigmático da sofisticação documental em instituições religiosas de Portugal, mesmo quando não baseada integralmente nas partidas dobradas. Os frades administravam o mosteiro de modo empreendedor, expandindo o património a um ritmo notável. A estrutura contabilística articulava-se em múltiplos livros: Livros de Tombo (para descrever as propriedades), Livros de Armazém (entradas e saídas em quantidades de cereais e outros produtos), Livros das Coisas (inventários por oficinas) e Livros de Receita e Despesa (movimentos monetários) (Lira, 2010). Este sistema revela uma contabilidade ajustada à gestão de um património vasto e

diversificado. Por outro lado, a Catedral de Toledo, que foi uma das mais ricas da Europa, surge como referência precoce na adoção do método das partidas dobradas para controlo patrimonial, já na primeira metade do século XVI (Villaluenga De Gracia, 2013).

O século XVI a meados do XVIII corresponde, na Europa, à publicação dos primeiros livros de contabilidade e à difusão das partidas dobradas nas principais firmas (Lira, 2010). Em Portugal, apesar do papel central de Lisboa nos circuitos comerciais, a adoção foi mais lenta: a documentação conhecida sugere a persistência de métodos tradicionais e a ausência de manuais nacionais ou traduções que sistematizassem o método das partidas dobradas. Assim, mantém-se o uso de livros de receita geral, despesa geral e auxiliares com base no método das partidas simples (Lira, 2010).

A aceleração do processo de sofisticação da contabilidade ocorre no terceiro quarto do século XVIII, com as reformas pombalinas. Em 1759, por iniciativa do Marquês de Pombal, é inaugurada a Aula do Comércio de Lisboa, que terá sido a primeira escola oficial de ensino do comércio técnico profissional criada no Mundo (L. L. Rodrigues et al., 2011). O curso, com duração de três anos, incluía aritmética comercial, direito administrativo e comercial, geografia, seguros e, crucialmente, a escrita de livros pelo método das partidas dobradas (Gonçalves, 2017).

O mesmo impulso reformista estendeu-se ao mundo empresarial e ao Estado. As companhias monopolistas criadas por Pombal, como a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve (1773), a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759) e a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) exigiam escrituração por partidas dobradas (C. Duarte et al., 2020). Também entidades sob tutela estatal, como a Real Fábrica das Sedas (reorganizada em 1757 após dificuldades financeiras da Companhia da Fábrica das Sedas), foram obrigadas a adotar este método, contribuindo para a sua difusão no tecido económico (C. Duarte et al., 2021). No plano das finanças públicas, a contabilidade pública em Portugal pautou-se pelo uso de registos contabilísticos através do método por partidas simples (Gonçalves et al., 2017). A criação do Erário Régio em 1761, um órgão do Estado com a função de fiscalizar as despesas e receitas do Reino, combater a corrupção e tornar mais eficiente a cobrança dos impostos e taxas, foi a primeira instituição do Estado Português a adotar uma contabilidade com o método das partidas dobradas (M. Rodrigues, 2011).

No século XIX, com a introdução do Código Comercial de 1833, o setor privado tinha o direito de escolher o modelo de escrituração que considerasse mais adequado para a sua situação, desde que cumprisse com a obrigação de utilizar o livro copiador de cartas comerciais, o livro de diário e o livro de balanços (Gonçalves et al., 2017). Ou seja, o método das partidas dobradas não era obrigatório.

Simultaneamente, o movimento de profissionalização da contabilidade prossegue. Em 1884, a Contabilidade chega ao ensino superior, através do Curso Superior de Comércio do Instituto Industrial e Comercial (Lisboa), onde se lecionava Contabilidade Geral e Operações Comerciais (Carqueja, 2011). Em 1885, o associativismo reforça a identidade profissional com a criação, em Lisboa, da Associação Portuguesa de Contabilidade, destinada a intervir nos assuntos da área, consolidar a figura do contabilista e organizar esforços e recursos, no entanto, acabou por ter vida curta. (Carqueja, 2011; I. Carvalho et al., 2023). Em 1894, foi constituída outra associação designada por “Associação da Classe dos Empregados de Contabilidade”, que editou aquela que terá sido a primeira revista de contabilidade portuguesa (Carqueja, 2011).

Em suma, os casos analisados evidenciam a persistência de práticas pré-modernas até ao século XIX, a difusão seletiva das partidas dobradas associada a reformas estatais e exigências de governação, e a heterogeneidade das instituições religiosas, cuja escolha de métodos variava segundo contexto, recursos humanos e propósitos de controlo.

2.5 Teoria da Contingência

A Teoria da Contingência, desenvolvida no âmbito da teoria das organizações, assenta no princípio de que não existe uma estrutura organizacional universalmente eficiente ou superior, uma vez que a eficácia das estruturas e dos processos organizacionais depende dos fatores contextuais em que a organização se insere, nomeadamente o ambiente e a tecnologia (Waterhouse & Tjessen, 1978). Aplicada à contabilidade, esta abordagem rejeita a existência de um sistema contabilístico universalmente adequado a todas as organizações, defendendo alternativamente que as características de um sistema contabilístico apropriado dependem das condições específicas da organização (Otley, 1980). Assim, uma teoria contingencial da contabilidade deve identificar os aspetos do

sistema contabilístico que se encontram associados a determinadas circunstâncias e demonstrar o respetivo ajustamento entre ambos (Otley, 1980).

Neste sentido, os sistemas de informação contabilística devem ser analisados tendo em conta não apenas as suas características técnicas, mas também o ambiente em que a organização atua, os seus atributos organizacionais e as necessidades dos responsáveis pela tomada de decisão, não sendo possível prescrever um modelo único que seja eficaz em todas as situações (Gordon & Miller, 1976).

A literatura contingencial em contabilidade de gestão e controlo tem sublinhado, de forma recorrente, que os sistemas de controlo devem ser compreendidos no seu contexto organizacional, considerando fatores como o ambiente externo, a tecnologia, a dimensão, a estrutura, a estratégia e a cultura (Chenhall, 2003). Deste modo, os sistemas contabilísticos não devem ser analisados isoladamente, mas como parte de um conjunto mais amplo de mecanismos de controlo, formais e informais, que procuram responder às necessidades específicas de cada organização (Chenhall, 2003). Mais recentemente, Otley (2016) reforçou a necessidade de evitar a procura de um sistema de controlo ótimo e universal. Pelo contrário, o autor defende uma abordagem mais contextualizada, centrada na forma como os sistemas de contabilidade e controlo se desenvolvem e se ajustam às circunstâncias específicas das organizações ao longo do tempo (Otley, 2016).

Estas perspetivas revelam-se adequadas ao presente estudo, na medida em que permitem interpretar as práticas contabilísticas da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto em função das suas necessidades administrativas, religiosas, patrimoniais e assistenciais, bem como do contexto económico e institucional do Portugal liberal oitocentista.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1 Objetivos e Questões de Investigação

O principal objetivo desta investigação consiste em analisar a organização do sistema contabilístico da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto no período compreendido entre 1861 e 1886. Mais especificamente, procura-se identificar os métodos de registo adotados e analisar a natureza e as funções dos livros contabilísticos que sustentavam a administração financeira da Irmandade.

Para concretizar este objetivo, a investigação estrutura-se em torno dos seguintes objetivos específicos: primeiro, identificar e analisar os diferentes livros contabilísticos; segundo, caracterizar o sistema contabilístico utilizado pela Irmandade, descrevendo os seus procedimentos e lógica organizacional; terceiro, examinar a composição das receitas e despesas; quarto, comparar as práticas contabilísticas da Irmandade com as práticas conhecidas da época, quinto, analisar o papel e utilidade da informação contabilística na administração da Irmandade e, por último, observar de que modo é que fatores contingentes como os institucionais, administrativos e contextuais justificam as práticas contabilísticas adotadas.

Com base nestes objetivos, o estudo procura responder às seguintes questões de investigação: como estava organizado o sistema contabilístico da Irmandade entre 1861 e 1886? Como é que este sistema se comparava aos sistemas de outras organizações da mesma época e/ou natureza? Que livros contabilísticos eram utilizados e quais eram as suas funções? Quais eram as principais fontes de receita e despesa? Qual era o papel e a utilidade da informação contabilística na administração da Irmandade? E de que modo é que fatores contingentes como os institucionais, administrativos e contextuais justificam as práticas contabilísticas adotadas?

3.2 Análise Interpretativa

A presente dissertação recorre a uma abordagem de análise interpretativa, amplamente utilizada nos estudos de História da Contabilidade, cujo objetivo consiste em compreender o significado e o papel das práticas contabilísticas no contexto institucional e social em que foram produzidas (Previts et al., 1990). Ao contrário de uma abordagem meramente descritiva ou narrativa, a análise interpretativa procura identificar relações, padrões e finalidades subjacentes aos registos contabilísticos, interpretando os

documentos históricos como expressões das práticas administrativas, dos mecanismos de controlo e das formas de governação existentes numa determinada organização.

Neste contexto, os livros contabilísticos analisados nesta investigação, nomeadamente os livros de receita e despesa, as contas do legado, o inventário de bens móveis, o livro do tesoureiro e a receita e despesa da obra da Capela, são examinados com vista à interpretação de como esta informação contribuía para a gestão do património, para a execução das disposições testamentárias e para a prestação de contas no interior da Irmandade. Esta perspetiva é consistente com a literatura de contabilidade histórica e da teoria da contingência, que reconhecem que os sistemas contabilísticos devem ser analisados à luz do contexto organizacional em que se desenvolvem, refletindo necessidades específicas de administração e controlo (Hopwood, 1987; Otley, 2016).

3.3 Investigação Qualitativa

Esta dissertação adota uma abordagem qualitativa, entendida como uma opção metodológica orientada para a compreensão dos significados, dos processos e dos contextos na sua realidade social (Ahrens & Chapman, 2006). Nesta perspetiva, a contabilidade é analisada de forma interpretativa e contextualizada, sendo entendida como uma prática social e holística, cuja compreensão exige atenção ao modo como os atores, os registos e o contexto histórico se articulam entre si (Ahrens & Chapman, 2006; Parker, 2012).

Sendo este um estudo de natureza histórica, a investigação qualitativa sustenta-se na análise interpretativa do arquivo, uma vez que a história da contabilidade é mais robusta quando assenta firmemente em fontes documentais primárias e quando situa as práticas contabilísticas no contexto específico em que estas operam (Carnegie & Napier, 1996). Deste modo, esta opção metodológica permite construir uma leitura historicamente situada da contabilidade da Irmandade entre os anos de 1861 a 1886, privilegiando a interpretação da sua utilidade institucional.

3.4 Estudo de Caso

A opção pelo estudo de caso resulta naturalmente do objeto em análise, centrado na contabilidade da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto entre 1861 e 1886, que procura compreender a produção e utilização da informação contabilística num contexto histórico e institucional específico. A literatura sublinha que o estudo de caso é especialmente adequado para responder a questões de “como” e “porquê”, sendo, por isso, particularmente útil em investigações que procuram a interpretação de fenómenos complexos (Eisenhardt & Graebner, 2007). Acresce que esta estratégia metodológica permite preservar a dimensão temporal, organizacional e documental do fenómeno em estudo, o que é especialmente pertinente no âmbito da História da Contabilidade, onde os registos devem ser compreendidos à luz das circunstâncias concretas da sua produção e uso (Cooper & Morgan, 2008).

Do ponto de vista operacional, o estudo de caso é igualmente o método mais adequado porque admite a articulação de múltiplas fontes de evidência, permitindo uma análise aprofundada do caso. Eisenhardt (1989) salienta que a investigação por estudo de caso beneficia da combinação de diferentes tipos de dados, permitindo captar a singularidade do caso sem perder de vista a coerência analítica do argumento. Assim, a adoção desta estratégia metodológica ajusta-se ao propósito central da dissertação: reconstituir e interpretar, com rigor histórico, o papel da contabilidade na administração da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto, valorizando a especificidade do caso como via de acesso a um conhecimento fundamentado e pertinente (Cooper & Morgan, 2008; Eisenhardt & Graebner, 2007).

3.5 Recolha e Análise de Dados

Na historiografia da contabilidade, tem sido sublinhado que a investigação histórica ganha robustez quando se baseia no arquivo, entendido não apenas como um depósito de informação, mas como o ponto de partida para a interpretação das práticas contabilísticas e das racionalidades subjacentes (Carnegie & Napier, 1996). Defendem também que o arquivo não deve ser reduzido aos livros e registos contabilísticos em sentido estrito, podendo abranger outros documentos relevantes para a compreensão do funcionamento da instituição, na medida em que aquilo que é considerado “relevante” varia em função das questões de investigação colocadas (Carnegie & Napier, 1996).

No entanto, o investigador que recorre a fontes de arquivo não deve assumir que os documentos são neutros, transparentes ou suficientes por si só. Pelo contrário, a literatura alerta para o facto de que os documentos não devem ser imediatamente tratados como registos exatos, completos ou objetivos dos acontecimentos, sendo, por isso, necessária uma leitura crítica da sua credibilidade, exatidão e contexto (Bowen, 2009). No mesmo sentido, a historiografia da contabilidade salienta que os factos históricos não se interpretam a si próprios, sendo sempre objeto de seleção e interpretação por parte do investigador, o que torna indispensável explicitar os critérios de análise adotados e evitar a formulação de interpretações não fundamentadas (Fleischman & Tyson, 1997). Assim, a análise das fontes de arquivo nesta dissertação procura articular a atenção ao conteúdo dos documentos com a fundamental contextualização histórica, institucional e social, reconhecendo tanto o valor da evidência primária como os seus limites interpretativos (Bowen, 2009; Fleischman & Tyson, 1997).

Enquanto procedimento metodológico, a análise documental implica uma análise sistemática e atenta dos documentos, com vista à produção de conhecimento historicamente fundamentado (Bowen, 2009). Por isso, a presente dissertação adota uma abordagem interpretativa assente em documentação primária, reconhecendo que a solidez do trabalho histórico depende tanto da qualidade da base de arquivo, como da capacidade de a analisar criticamente e de a organizar numa estrutura clara e coerente (Carnegie & Napier, 1996; Fleischman & Tyson, 1997).

Os dados utilizados nesta investigação foram obtidos do arquivo da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto, através de fontes primárias manuscritas dos livros contabilísticos da Irmandade aí conservados. Ao todo, foram analisados em detalhe seis livros:

- Livro das Contas de Legados (1875-1886);
- Livro de Inventário dos bens móveis (1762-1880);
- Livro do Tesoureiro (1786-1884);
- Livro de Receita e Despesa referente às obras na capela;
- Livro de Receita e Despesa (1867-1918);
- Livro de Receita e Despesa (1861-1879).

O conteúdo e a evolução destes livros foram analisados ao longo do período em estudo, e as principais conclusões são apresentadas no Capítulo V.

Embora o arquivo da Irmandade conserve outros livros contábilísticos relativos a diferentes períodos, os volumes selecionados foram considerados os mais adequados para os objetivos desta dissertação, por proporcionarem uma visão abrangente das práticas contábilísticas adotadas entre 1861 e 1886. Trata-se, além disso, de um dos períodos mais ricos em documentação disponível no arquivo. A análise de épocas distintas revelou-se limitada, quer pela ausência de livros, quer pelo estado de conservação e pelas dificuldades de leitura, fatores que impediriam uma compreensão suficientemente consistente da organização contábilística da Irmandade.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

4.1 A Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto

4.1.1 Fundação da Confraria dos Sapateiros

Entre os séculos XII e XIV, começaram a constituir-se em Portugal diversas confrarias compostas por artesãos do mesmo ofício. Estas associações profissionais reuniam indivíduos de uma determinada localidade que partilhavam a mesma atividade económica, promovendo entre os seus membros o auxílio mútuo e a solidariedade corporativa. A influência do pensamento cristão foi determinante na definição dos objetivos destas confrarias, que se afirmaram como importantes auxiliares da Igreja, assumindo igualmente funções de carácter assistencial. As suas ações estendiam-se ao apoio a doentes, pobres, idosos, pessoas com deficiência física ou visual, viúvas desamparadas, órfãos, crianças abandonadas, peregrinos e errantes, prisioneiros e fiéis cativos entre povos não cristãos, bem como a outros indivíduos marginalizados pela sociedade. As confrarias prestavam ainda auxílio espiritual aos defuntos necessitados de sepultura, assegurando-lhes orações e sufrágios com vista ao alívio das suas almas das penas do purgatório (Ribeiro, 2021; G. Silva, 2003). É neste contexto que se deve entender a origem da confraria (ou irmandade) dos sapateiros do Porto, conhecida como a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto.

A confraria dos sapateiros do Porto terá sido fundada, muito provavelmente, ainda durante o século XIII, embora a data exata da sua criação permaneça desconhecida. Com rigor documental, só se pode afirmar que já existia em 1307, data da mais antiga referência documental sobre a confraria, quando a 16 de fevereiro desse ano foi doado e anexado um hospital à confraria. Por este motivo, podemos supor que a confraria já existia antes desta data (Melo et al., 2008). A data de 1224, por vezes apontada como a da fundação da Confraria dos Sapateiros do Porto, carece de confirmação documental. Tal referência surge numa ata da reunião da Mesa da Confraria, datada de 5 de outubro de 1924, redigida por ocasião da comemoração dos supostos 700 anos da instituição, sem, contudo, indicar a fonte que sustente essa informação (Melo et al., 2008). Sendo o Porto a principal cidade da região norte do país, é plausível admitir que, desde muito cedo, aí existisse um número significativo de sapateiros que, à semelhança dos praticantes de outros ofícios, sentiram a necessidade de se organizar coletivamente para defesa dos seus interesses profissionais e pessoais (Oliveira, 2001).

4.1.2 O hospital e a sua integração com a confraria

Em 1307, quando a confraria tinha por hábito reunir-se no alpendre do Mosteiro de São Domingos, foi-lhe doado um hospital fundado por Martim Vicente Barreiros, Joana Martins e João Vicente, situado nas proximidades da ponte de São Domingos, tornando-se estas duas entidades separadas numa só até à mudança da irmandade no século XIX para as suas atuais instalações na Rua de Santos Pousada, n.º 1087, local de arquivo dos documentos de estudo da presente dissertação (Melo et al., 2008).

O hospital, de dimensões modestas e com recursos limitados, foi construído com o propósito de acolher e prestar auxílio aos peregrinos que se deslocavam de ou para Santiago de Compostela. Apesar da sua simplicidade, esta instituição revelou-se vantajosa para a confraria, que passou a dispor de uma estrutura assistencial plenamente enquadrada na sua missão e que, simultaneamente, se tornou beneficiária de doações, contribuindo para o reforço do seu prestígio e relevância social. Por sua vez, os fundadores do hospital asseguraram, através desta doação, a continuidade das práticas assistenciais e a celebração de missas e orações em sufrágio das suas almas (Melo et al., 2008; Oliveira, 2001).

Até ao ano de 1398, não existem registos conhecidos sobre a atividade da confraria ou do hospital. Porém, um documento desse ano revela que o hospital se encontrava abandonado e que o respetivo edifício havia sido ocupado por mercadores portuenses, que o utilizavam como armazém de mercadorias. Os confrades, incapazes de recuperar o edifício por iniciativa própria, apresentaram então uma petição ao rei, solicitando que ordenasse a cessação de todas as formas de ocupação e a restituição do imóvel à confraria. D. João I deferiu o pedido, impondo, contudo, como condição, que o edifício voltasse a ser destinado ao exercício das suas funções originais de assistência e cuidados de saúde (Melo et al., 2008).

4.1.3 Consolidação da confraria

A importância desta Irmandade na cidade fez dela uma das mais ricas do Porto, dado que o seu património cresceu ao longo dos anos, aumentando assim os rendimentos à custa de doações testamentárias, em troca de orações e missas de sufrágio pelas almas dos seus beneméritos (Ribeiro, 2021).

Com o agravamento da decadência das instituições de assistência ao longo do século XV, tornou-se evidente a necessidade de uma reforma profunda neste domínio, conduzindo à centralização das ações de caridade e apoio social. Neste contexto, a criação da Santa Casa da Misericórdia na cidade do Porto marcou um ponto de viragem no sistema de assistência hospitalar. Beneficiando da proteção e do apreço de D. Manuel I, a Misericórdia do Porto não tardou em propor ao monarca a anexação do Hospital dos Sapateiros, justificando o pedido com a boa localização do edifício e com a possibilidade de prestar uma assistência mais ampla e eficaz através da sua integração. Contudo, os confrades sapateiros manifestaram forte oposição a tal pretensão. De imediato, dirigiram-se ao rei, apresentando o instrumento de doação que havia instituído o hospital sob tutela da confraria, documento que exprimia claramente a vontade dos seus beneméritos e as condições por estes impostas. Os confrades demonstraram, sem dificuldade, o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas e a boa administração dos recursos hospitalares. Face à exposição apresentada, D. Manuel ordenou uma averiguação no local, com o propósito de verificar se os encargos definidos na doação estavam a ser observados, de que forma eram acolhidos os pobres e peregrinos, e como eram aplicadas as rendas do hospital. O inquérito confirmou o cumprimento exemplar das determinações iniciais, revelando ainda o zelo com que a confraria exercia o seu serviço religioso e assistencial, bem como as melhorias materiais introduzidas no edifício, financiadas pelos próprios confrades, que permitiram aumentar a capacidade de acolhimento dos peregrinos. Sensibilizado com o mérito da obra assistencial desenvolvida pelos sapateiros portuenses, D. Manuel I revogou de imediato a ordem de anexação, emitindo, em 1521, o respetivo alvará que confirmava a autonomia e a continuidade do hospital sob administração da confraria (Oliveira, 2001).

4.1.4 Transformação do século XIX

Após a conturbada primeira metade do século XIX, marcada pelas Invasões Francesas, pela Guerra Civil e pelo Cerco do Porto, o cenário político português conheceu um período de relativa estabilidade. Essa pacificação permitiu o ressurgimento do comércio e da atividade industrial, impulsionando, por conseguinte, o crescimento económico da cidade. O desenvolvimento do Porto exigia, então, uma reestruturação do planeamento

urbano, de modo a responder aos novos desafios decorrentes do aumento do tráfego (G. Silva, 2003).

É neste contexto que se projetam e abrem diversas vias, entre as quais a Rua de Mouzinho da Silveira, que atravessava o local onde se encontravam a capela e o hospital pertencentes à confraria. A motivação da Câmara Municipal do Porto era clara: criar uma artéria suficientemente larga que assegurasse uma ligação rápida entre a zona ribeirinha, onde se desenvolvia grande parte das atividades mercantis, e o centro da cidade (G. Silva, 2003).

Contudo, os Irmãos da confraria opuseram-se à abertura da nova rua, uma vez que esta implicava a demolição da sua capela e do hospital. O primeiro aviso formal de expropriação dos edifícios, emitido pela Câmara, chegou no dia 26 de agosto de 1872, tendo sido prontamente contestado pela confraria. A pressão exercida pela autarquia revelou-se, porém, determinante, levando a confraria, em 2 de março de 1874, a não ter alternativa senão aprovar a proposta de expropriação. O hospital ficou, assim, condenado ao encerramento perpétuo (Silva, 2003).

Concretizada a expropriação, colocaram-se três grandes desafios à irmandade: em primeiro lugar, salvaguardar os bens materiais da confraria; em segundo, encontrar um local para a construção de uma nova capela; e, por fim, garantir um novo espaço para a trasladação dos restos mortais dos Irmãos sepultados no interior da antiga capela (Silva, 2003).

O primeiro desafio, relativo à guarda dos bens móveis, foi resolvido através do arrendamento de uma casa na Rua da Bainharia, n.º 224. A questão da trasladação dos restos mortais foi solucionada a 18 de agosto de 1875, quando as ossadas de 120 Irmãos falecidos foram depositadas em dois caixões e sepultadas no Cemitério de Agramonte. Quanto à construção de uma nova capela, a situação ficou definida no início de 1875, graças à generosa oferta de um terreno por parte de Manuel António Pereira de Paiva, localizado na então designada zona da Póvoa de Cima (G. Silva, 2003).

O novo edifício foi inaugurado a 28 de julho de 1878, apesar de as obras não estarem ainda concluídas, prolongando-se, devido a diversas contrariedades, nomeadamente financeiras, até ao início do século XX. Este edifício permanece até hoje como sede da irmandade, já sem o hospital, situado na atual Rua de Santos Pousada, n.º 1087, em frente ao Jardim da Praça da Rainha Dona Amélia (G. Silva, 2003).

4.1.5 Identidade

Sabe-se que a designação “Confraria dos Sapateiros” se manteve em uso até ao século XVI. Num compromisso datado de 1592, surge pela primeira vez a menção aos santos Crispim e Crispiniano, estabelecendo-se nesse documento a obrigatoriedade da celebração litúrgica em sua honra. Mais tarde, num documento de 1742, declara-se que se realizava festa em honra de São Crispim e São Crispiniano, referindo-se já que a confraria e o hospital eram conhecidos como dos Sapateiros ou de São Crispim e São Crispiniano. Com o decorrer do tempo, a instituição passou a designar-se “São Crispim dos Sapateiros”, até que, no século XIX, adotou em definitivo o nome “São Crispim e São Crispiniano”, denominação que conserva até à atualidade (Melo et al., 2008).

Nascidos no seio de uma família nobre romana no século III, os Irmãos gémeos Crispim e Crispiniano partiram de Roma em direção à Gália, território correspondente à atual França, com o propósito de difundir a fé cristã, apesar das perseguições decretadas pelo imperador Diocleciano contra os seguidores do cristianismo. Fixaram-se na cidade de Soissons, onde exerceram atividade missionária durante o dia, dedicando-se à arte da sapataria durante a noite, meio pelo qual garantiam o seu sustento. Tornaram-se, contudo, vítimas das perseguições religiosas e foram submetidos a torturas com o objetivo de os levar a renunciar à fé. Mantendo-se firmes nas suas convicções, acabaram por ser condenados à morte. Já no século VI, com a Gália plenamente cristianizada, foi erigida em Soissons uma basílica em honra de São Crispim e São Crispiniano, que viriam a ser venerados como mártires e padroeiros dos sapateiros (G. Silva, 2003).

4.2 Os livros contabilísticos

Neste subcapítulo procedemos à análise detalhada de todos os livros contabilísticos de que temos conhecimento de terem sido utilizados pela Irmandade no período compreendido entre 1861 e 1886 e que sobreviveram até aos nossos dias, nomeadamente o Livro de Contas de Legados (1875-1886), o Livro de Inventário dos Bens Móveis (1762-1880), dois Livros de Receita e Despesa, o Livro do Tesoureiro e um Livro de Receita e Despesa relativo à construção da nova capela.

4.2.1 Livro de Contas de Legados 1875-1886

O livro de Contas de Legados (1875-1886) regista, numa base anual, as receitas e as despesas (em “réis” – moeda em uso na época) associadas ao legado deixado à Irmandade por João Cardoso de Miranda e pela sua mulher, Maria Carneira.

De acordo com o dicionário, *legado* é aquilo que se deixa por testamento a quem não é herdeiro forçoso ou principal (Priberam, n.d.). Considerando a natureza religiosa da Irmandade em estudo, é plausível tratar-se de um legado pio, ou seja, aquilo que o testador deixa para o bem da sua alma.

Os registos sugerem que o legado assentava na cedência de propriedades agrícolas, ou de direitos sobre o seu rendimento, exploradas por caseiros. Estes entregavam anualmente géneros (sobretudo cereais e, pontualmente, produtos pecuários e lenha), que eram avaliados em réis para efeitos de escrituração. Em paralelo, o livro evidencia que a obtenção deste rendimento implicava encargos de cobrança e administração, nomeadamente com o cobrador do legado, o medidor dos cereais, os provedores responsáveis pela administração, e ainda despesas de secretaria (selos e recibos).

A secção dos rendimentos organiza-se em sete colunas, onde se registam o ano do rendimento, os nomes dos caseiros, o nome dos géneros entregues, a quantidade (“litros e killos” no original), o preço de cada litro, o valor total dos géneros (“quantias dos generos” no original) e o total, conforme pode ser observado na Figura 1:

Rendimento do Legado de João Cardoso no anno de 1875						
Nome do Legado	Generos	Libras e Centesimos	Quilogramas	Quantidade	Total	
1875 João Rodrigues da Silva	Milho	127,321	29	3750		
	Leiteiro	085,175	29	2500		
	Galinha			200		
	Manteiga	000,823	330	160		
	Carneiro			25		
1876 João Rodrigues da Silva	Milho	085,175	29	2500	6635	
	Leiteiro	051,105	29	1500		
	Galinha			100		
	Manteiga	823	330	160		
1875 Onofre da Silva	Milho	085,175	29	2500	4260	
	Leiteiro	051,105	29	1500		
	Galinha			100		
	Manteiga	000,823	330	160		
1875 Manuel Martins da Cruz	Milho	034,70	29	1000	4260	
	Trigo	042,146	45	1750		
	Galinha			300		
	Leiteiro	293,260	2	500		
1875 João Martins da Freitas	Milho	025,111	29	750	3550	
	Trigo	042,146	45	18750		
	Galinha			500		
	Palha	293,260		500		
1886 Joaquim Martins	Milho	076,216	29	2250	3700	
	Leiteiro	076,216	29	2250		
1879 Luiz da Costa	Galinha			900	4500	
1875 Manuel Ferreira Barbosa	Milho	144,356		4250	900	
	Leiteiro	076,216		2250		
	Trigo	076,255	45	3150		
	Leiteiro	587,520	2	1200		
1875 João Gonçalves	Galinha			450	11300	
	Milho	136,280	29	4000		
	Leiteiro	085,175	29	2500		
	Trigo	051,105	45	2100		
	Carneiro			400		
1875 Joaquim Gonçalves	Frango			30	9030	
	Milho	144,356	29	4250		
	Leiteiro	076,216	29	2250		
	Trigo	076,216	45	3150		
	Galinha			450		
	Leiteiro	587,520		1200	11300	
					59535	

Figura 1 - Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página da Receita de 1875

Atendendo à dificuldade de leitura dos registos manuscritos, apresenta-se de seguida uma tabela com a transcrição fiel de um excerto da informação visível na imagem.

Tabela 1 - Transcrição do Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página de Receitas de 1875

Ano	Nome dos caseiros	Generos	Litros e Killos	Preço de cada litro	Quantias	Total
...	...	...	...	...	...	...
1875	João Gonçalves	Milho	136,280	29	4,000	
		Centeio	085,175	29	2,500	
		Trigo	051,105	45	2,100	
		Carneiro			400	
		Galinha			30	9,030
1875	Joaquim Gonçalves	Milho	144,356	29	4,250	
		Centeio	076,216	29	2,250	
		Trigo	076,216	45	3,150	
		Galinha			4,50	
		Lenha	587,520		1,200	11,300

No excerto apresentado observa-se que, em 1875, os caseiros João Gonçalves e Joaquim Gonçalves entregaram à Irmandade milho, centeio, trigo, carneiro, galinha e lenha. A coluna “Litros e Killos” regista a quantidade entregue de cada produto, com exceção do carneiro e da galinha, o que indica que estas entregas foram contabilizadas por unidade e não por peso.

A coluna “Preço de cada litro” apresenta o valor atribuído por litro ou quilo e, consequentemente, a coluna “Quantias” corresponde ao produto entre a quantidade registada e o respetivo preço unitário. Verifica-se, contudo, que os valores inscritos nesta última coluna não resultam de uma multiplicação rigorosa, mas antes de um cálculo aproximado. Para efeitos de cálculo dos resultados anuais apresentados mais adiante (Tabela 3), optou-se por manter os valores arredondados constantes nos livros, não procedendo a qualquer correção.

Por fim, a soma destes subtotais corresponde ao rendimento total obtido por cada caseiro no ano de 1875. Este método de escrituração de rendimentos mantém-se constante ao longo de todos os anos analisados, sendo o valor mais elevado registado em 1879 (178.315 réis) e o mais baixo em 1885 (142.676 réis).

Tabela 2 - Transcrição do Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Página da Despesa de 1875

Despesa		
1875	Património ao Capelão dos Peregrinos	50.000
	Aos provedores pela administração do legado	4.000
	Ao procurador conforme o mesmo	800
	Ao servo por ajudar as missas	800
	À fazenda nacional (que era as freiras de Monchique)	7.400
	À fazenda nacional (que era para os frades de S. Domingos)	550
	Às freiras de Villa Nova	400
	Ao Fidalgo do Arco da Bandeira	1.350
	Um terço de missas do Natal	1.200
	Ao cobrador do legado	4.800
	À confraria do legado	5.500
	Guisamento das missas	14.400
	À Misericórdia para os Lazaros	200
	Ao medidor por medir os cereais	600
	Carretos dos cereais para a tulha	800
	Decima abatida aos caseiros	6.300
	Desfalque no milho 3 alqueires	1.500
	Desfalque no centeio 2 ½ alqueires	1.250
	Desfalque no trigo 2 ½ alqueires	1.750
	Selos para recibos dos caseiros, despesas da secretaria	3.460
	Esmolas aos nossos Irmãos em dias de Reis	28.000
	12 missas por bênção de Maria Carneira, segundo o testamento	3.600
	70 missas por alma dos testadores a 300	21.000
	Soma	159.660
	Saldo para continuação do registo	11.470
		171.130

A despesa de 50.000 réis com o “Património ao Capelão dos Peregrinos” mantém-se constante em todos os anos em análise. No entanto, a partir de 1884, a designação da despesa é alterada para “Ordenado ao Capelão dos Peregrinos”, o que facilita a interpretação desta rubrica. O capelão é o padre encarregado do serviço religioso de uma

capela, o que evidencia a prossecução dos objetivos religiosos e assistenciais da Irmandade, particularmente orientados para o apoio aos peregrinos.

A despesa de 4.000 réis com os “provedores pela administração do legado” é uma constante em todos os anos analisados, sendo que os provedores serão os administradores da Irmandade que assumiram a responsabilidade de administração deste legado. A lista de despesas de 1882 altera a designação desta despesa para “Aos provedores, conforme o testamento, dos legatários”, sugerindo que a existência desta despesa e o valor de 4000 réis eram uma vontade expressa dos testadores João Cardoso de Miranda e Maria Carneira.

As despesas com o procurador da Irmandade, responsável pela administração do legado, e com o servo que auxiliava na celebração da missa mantiveram-se constantes. Contudo, observa-se que, a partir de 1882, a pessoa que prestava esse auxílio deixa de ser designada como “servo” e passa a surgir com a nomenclatura de “sacristão”, mantendo-se, no entanto, a remuneração anual de 800 réis.

As duas rubricas seguintes de despesa referem-se aos pagamentos à Fazenda Nacional, por substituição das freiras de Monchique e dos frades de S. Domingos. Estes pagamentos às freiras e frades parecem resultar de uma vontade expressa dos testadores, pois em 1885 é descrito que estes pagamentos eram feitos “conforme a verba testamentária”. Contudo, os registos sugerem que o verdadeiro beneficiário destes pagamentos era o Estado português através da “Fazenda Nacional”, atual Ministério das Finanças. Esta alteração de beneficiário será uma consequência direta da aprovação do decreto de 30 de maio de 1834, que extinguiu todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares e incorporou todos os seus bens na Fazenda Nacional (H. Rodrigues, 2004; R. Rodrigues, 2017; M. Silva & Lencart, 2024)

Os pagamentos às freiras de Villa Nova (atual Vila Nova de Gaia) e ao Fidalgo do Arco da Bandeira introduzidos em 1875 terminaram em 1877 e 1876, respetivamente. Por sua vez, as despesas com “um terço de missas do Natal” duraram até ao final do período analisado.

Verifica-se igualmente a existência de um responsável pela cobrança do legado junto dos caseiros. Este cargo, remunerado em 4.800 réis em 1875 e 1876, vê a sua remuneração aumentar para 6.800 réis em 1877, 8.500 réis em 1878 e 9.000 réis em 1879, valor que se mantém até 1884. Em 1885, observa-se um novo acréscimo, passando a “gratificação ao

cobrador do legado” para 12.000 réis. Paralelamente, a confraria (também designada nos registos como “Irmandade” ou “Hospital dos Peregrinos”) recebe um valor anual fixo de 5.500 réis, com exceção do ano de 1884, em que esse montante aumenta significativamente para 20.000 réis.

A rubrica seguinte refere-se ao “guisamento das missas”, ou seja, todos os utensílios de culto necessários para a missa. Esta é uma despesa regular da Irmandade, apesar de o seu valor ter variações ao longo dos anos.

De seguida, identificam-se três despesas que ocorrem de forma regular ao longo de todos os anos analisados, ainda que com variações nos respetivos valores. Observa-se que a Irmandade destinava verbas à Misericórdia para apoio aos Lázaros, ao medidor dos cereais entregues pelos caseiros e à aquisição de carretos de cereais — peças utilizadas no corte do cereal — destinados à tulha.

As quatro rubricas seguintes evidenciam que, no mapa de despesas, não existia uma distinção clara entre despesas de natureza económica e financeira. Observam-se, por um lado, as “décimas abatidas aos caseiros” que serão, na prática, um desconto concebido aos caseiros no momento do pagamento à irmandade, e, por outro, os desfalques de diferentes cereais em variadas quantidades de alqueires, que eram uma unidade de medida comumente utilizada em Portugal durante o século XIX. O valor destas despesas varia todos os anos, o que é expectável atendendo à sua natureza irregular e contingente.

A irmandade incorria em diversas despesas administrativas, nomeadamente com a aquisição de selos e papel, necessários à emissão de recibos entregues aos caseiros no momento do pagamento. Esta rubrica permite ainda identificar a existência de um mecanismo de controlo das cobranças por parte da Irmandade, o qual se revelava igualmente útil para os próprios caseiros.

Seguidamente, identifica-se uma despesa que novamente evidencia a prossecução dos objetivos religiosos e assistenciais por parte da Irmandade através da entrega de esmolas a Irmãos (pobres) da Irmandade nos dias de Reis. A análise dos registos revela que esta entrega de esmolas foi realizada todos os anos.

No final da secção de despesas de 1875 são apresentadas as despesas com a realização de missas para a alma dos dois testadores, João Cardoso de Miranda e Maria Carneira, que se irão realizar em todos os anos da análise.

Em termos gerais, esta é a estrutura das despesas da Irmandade associadas à administração do legado ao longo dos anos analisados. Importa, contudo, salientar que, a partir de 1882, surge uma nova rubrica de despesa relativa à “Escrituração” dos livros, no montante anual de 5.000 réis, aplicada retroativamente desde 1875. Por fim, deve notar-se que, por razões que não foi possível apurar, a secção de despesa correspondente ao ano de 1886 não se encontra registada no livro em análise, constituindo uma limitação à análise do contributo económico-financeiro que este legado teve para a Irmandade.

Tabela 3 - Livro de Contas de Legados (1875 - 1886): Resultados Anuais

(valores em réis)

Ano	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886
Resultado	11 470,00	7 080,00	20,00	270,00	225,00	140,00	241,00	261,00	56,00	271,00	209,00	??

4.2.2 Livro de Inventário dos bens móveis (1762-1880)

O inventário dos bens móveis da Irmandade, no período compreendido entre 1861 e 1886, encontra-se documentado em dois anos: 1862 e 1880. Não se verifica uma periodicidade regular na realização destes levantamentos, o que sugere que a sua elaboração era pontual, eventualmente associada a necessidades específicas de controlo ou reorganização patrimonial.

Em ambos os anos, o inventário apresenta uma estrutura consistente, baseada numa breve descrição dos bens e na indicação das respetivas quantidades. Não se observa, contudo, a inclusão sistemática de informação como o estado de conservação, o valor monetário ou a localização dos bens, o que indica que a principal função deste registo era o controlo físico do património, mais do que a sua valorização económica.

No levantamento de 1862, os bens encontram-se organizados por categorias. O inventário inicia-se com os objetos de prata, que são não apenas quantificados, mas também pesados em oitavas, evidenciando a relevância atribuída a este tipo de bens (ver Figura 3).

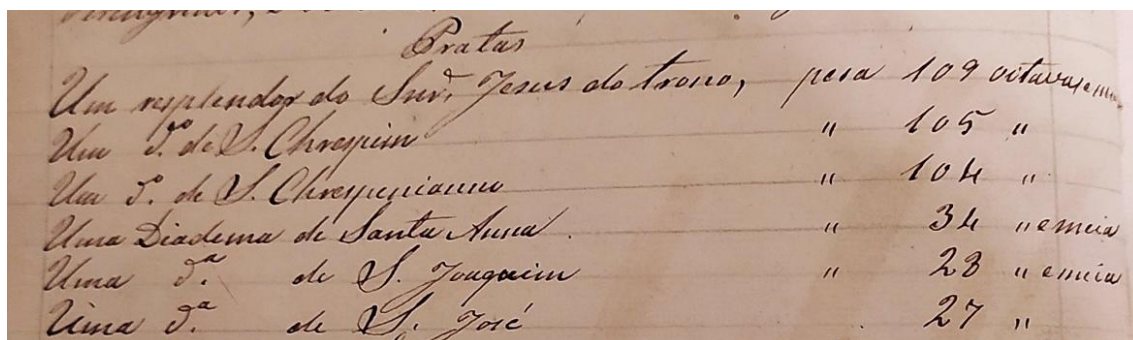


Figura 3 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 1.ª Página de 1862

Seguem-se os paramentos, organizados de acordo com a cor, as imagens existentes na igreja, sacristia e secretaria, bem como diferentes conjuntos de bens classificados como trastes de madeira e de metal, alfaia, opas e roupas. Integram ainda o inventário os objetos pertencentes ao hospital da Irmandade. Por fim, destaca-se a inclusão de uma secção dedicada aos livros da Irmandade, onde se registam diversos volumes de natureza administrativa e litúrgica, como livros de receita e despesa, um alfabeto, um livro de recibos, um livro de bênçãos, vários missais, entre outros (ver Figura 4).

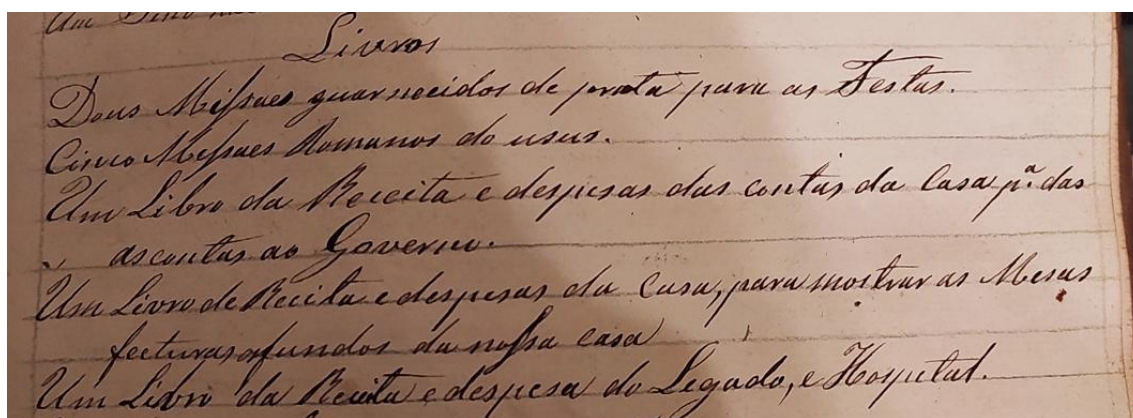


Figura 4 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 6.ª Página de 1862

O levantamento de 1880 utiliza o mesmo método de apresentação da informação, notando-se apenas algumas ligeiras alterações. Os objetos de prata continuam a ser objeto de quantificação e pesagem, mas passam a ser medidos em gramas, em substituição das oitavas (ver Figura 5).

Santo Isidoro (daan)
St. Luzia

Objectos de prata:

<i>Resplandor do Senhor Jesus do Throno, pesando</i>	<i>387</i>	<i>grammas</i>
<i>" " " " " "</i>	<i>480</i>	<i>"</i>
<i>Dito de S. Chrispim</i>	<i>480</i>	<i>"</i>
<i>Dito " " Chrispiniano</i>	<i>35</i>	<i>"</i>
<i>Dito " Menino Jesus</i>	<i>100</i>	<i>"</i>

Figura 5 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 2.^a Página de 1880

A listagem evidencia igualmente uma maior abrangência dos bens incluídos no inventário e um maior grau de detalhe na categorização dos bens, incluindo imagens de diversas invocações, paramentos, roupas, opas, camarins, sacras, jarras e sinos, bem como diversos objetos afetos à sacristia e à secretaria (ver Figura 6). Os bens associados à função assistencial permanecem presentes, nomeadamente camas, colchões, fronhas, mantas e cadeiras (ver Figura 7).

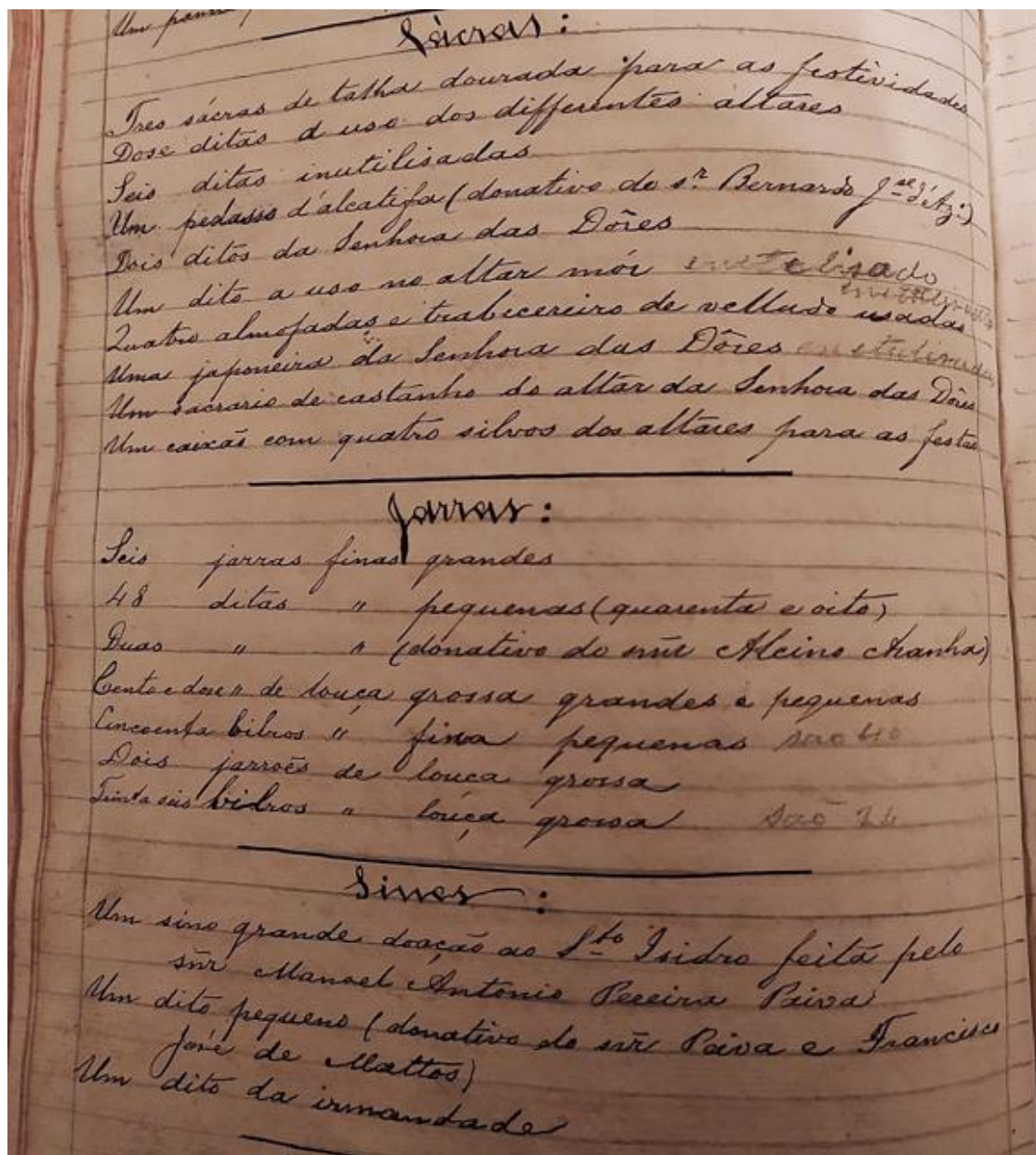


Figura 6 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 6.ª Página de 1880

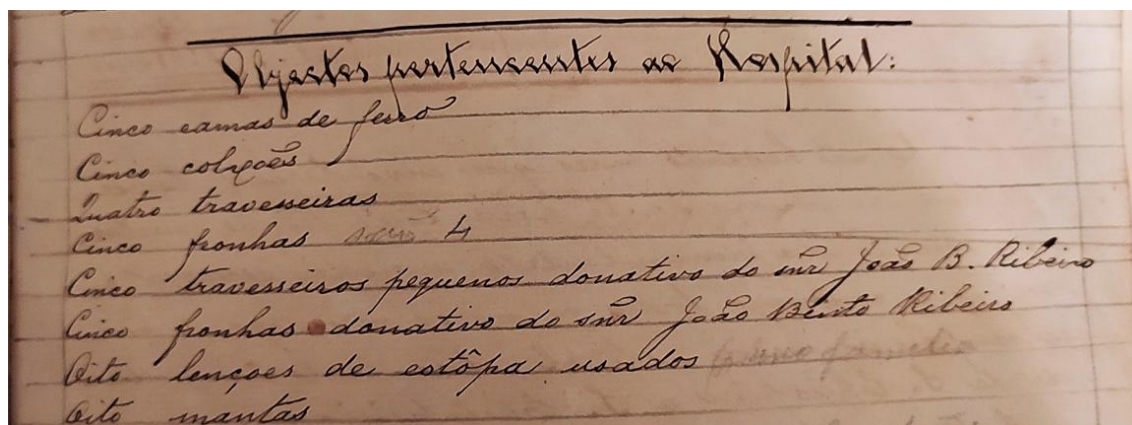


Figura 7 - Livro de Inventário dos bens móveis (1762 - 1880): 9.ª Página de 1880

A componente documental assume também particular relevância neste levantamento, sendo identificados diversos livros fundamentais para a administração da Irmandade, como o traslado dos estatutos, o tomo das propriedades, os registos de matrículas dos Irmãos e diferentes livros de contas, incluindo os relativos às obras, ao governo, ao tesoureiro e às atas. Estes elementos evidenciam a importância do registo escrito enquanto suporte da gestão institucional. Contudo, importa salientar que uma parte significativa destes volumes não se encontra atualmente disponível, sendo desconhecida a sua localização ou tendo-se perdido ao longo do tempo.

Em síntese, os inventários de 1862 e 1880 revelam uma prática consolidada de organização patrimonial assente na categorização dos bens e na sua quantificação física, mas sem a adoção de critérios de valorização económica.

4.2.3 Livro de Receita e Despesa (1861-1879)

O presente livro reúne as receitas e as despesas da Confraria no período compreendido entre 1861 e 1879. Em termos gerais, o seu conteúdo era atualizado nos primeiros meses do ano seguinte àquele a que respeita a informação financeira e o registo seguia uma estrutura constante: uma secção dedicada às receitas anuais, outra às despesas do respetivo ano e uma terceira ao saldo, apurado pela diferença entre rendimentos e despesas.

No ano de 1861 a Irmandade registou uma receita total de 988.255 réis, proveniente sobretudo de receitas obtidas pela entrada de novos Irmãos, aluguer de caseiros, bênçãos de casas e administração do legado de João Cardoso da Miranda, mantendo-se estas como as principais fontes de receita nos anos seguintes.

A despesa do mesmo ano foi ligeiramente superior aos rendimentos, no montante total de 1.008.090 réis. As fontes de despesa da Irmandade são diversas, como por exemplo: o ordenado do capelão (40.000 réis), música (8.000 réis), aluguer de três lustres (1.440 réis), pagamento ao pregador (4.800 réis) e o ordenado do servo (36.000 réis), entre muitas outras. De um modo geral, as despesas da Confraria em 1861 e nos anos subsequentes estão diretamente relacionadas com a prossecução do seu objeto religioso.

Da diferença entre receitas e despesas resulta que o exercício de 1861 terminou com um prejuízo de 19.835 réis.

Contudo, a análise do livro permite constatar que a Irmandade não procedia ao cálculo do resultado anual com base apenas nos valores desse mesmo ano. Em vez de calcular o saldo do exercício pela diferença direta entre rendimentos e despesas do ano corrente, integrava na rubrica das receitas o “saldo que passava de ano pretérito”, isto é, os resultados transitados de exercícios anteriores. O montante assim obtido correspondia ao total disponível, a partir do qual eram deduzidas as despesas do ano, determinando-se, por essa via, o “saldo que fica a favor da Confraria”.

No caso específico de 1861, tendo transitado do ano anterior um saldo de 273.245 réis, o total disponível ascendeu a 1.261.500 réis (988.255 réis de rendimento corrente acrescidos de 273.245 réis de saldo anterior). Após a dedução das despesas correntes, no montante de 1.008.090 réis, apurou-se um saldo final de 253.410 réis a favor da Confraria (ver Figura 8).

Transpõe da soma dita	975 85 55
Saldo de 1860 Anterior	273 245
Saldo de 1860 Anterior	4 820
Saldo de 1860 Anterior	5 650
Saldo de 1860 Anterior	988 255
Saldo que passa de ano pretérito	273 245
Soma total de R\$	1261 500
Resto a despesa de R\$	1008 090
Saldo que fica a favor da Confraria	253 410
Soma a Receita como saldo que fica a favor em R\$	988 255
Porto e Secretaria de D. Christóvão	

Figura 8 - Livro de Receita e Despesa (1861-1879): Apuramento do saldo de 1861

O desempenho financeiro da confraria ao longo dos anos é apresentado na seguinte tabela:

Tabela 4 - Livro de Receita e Despesa (1861 - 1879): Desempenho Financeiro

(valores em réis)

Ano	Receitas	Var. Rec. (%)	Despesas	Var. Desp. (%)	Resultado	Saldo Disponível
1860						273 245,00
1861	988 255,00		1 008 090,00		-19 835,00	253 410,00
1862	875 765,00	-11,4%	915 455,00	-9,2%	-39 690,00	213 720,00
1863	944 070,00	7,8%	887 690,00	-3,0%	56 380,00	270 100,00
1864	946 565,00	0,3%	929 310,00	4,7%	17 255,00	287 355,00
1865	904 765,00	-4,4%	852 035,00	-8,3%	52 730,00	340 085,00
1866	945 525,00	4,5%	1 013 565,00	19,0%	-68 040,00	272 045,00
1867	929 935,00	-1,6%	1 056 845,00	4,3%	-126 910,00	145 135,00
1868	958 715,00	3,1%	860 635,00	-18,6%	98 080,00	243 215,00
1869	922 915,00	-3,7%	864 750,00	0,5%	58 165,00	301 380,00
1870	950 520,00	3,0%	1 027 350,00	18,8%	-76 830,00	224 550,00
1871	993 030,00	4,5%	1 032 260,00	0,5%	-39 230,00	185 320,00
1872	1 035 560,00	4,3%	912 315,00	-11,6%	123 245,00	308 565,00
1873	866 225,00	-16,4%	1 015 510,00	11,3%	-149 285,00	159 280,00
1874	594 505,00	-31,4%	557 480,00	-45,1%	37 025,00	196 305,00
1875	556 735,00	-6,4%	661 985,00	18,7%	-105 250,00	91 055,00
1876	534 735,00	-4,0%	384 350,00	-41,9%	150 385,00	241 440,00
1877	535 135,00	0,1%	448 965,00	16,8%	86 170,00	327 610,00
1878	593 410,00	10,9%	319 515,00	-28,8%	273 895,00	601 505,00
1879	637 710,00	7,5%	277 665,00	-13,1%	360 045,00	961 550,00
TOTAL	15 714 075,00		15 025 770,00		688 305,00	

Em 1862 verifica-se uma contração simultânea das receitas (875.765,00; -11,4%) e das despesas (915.455,00; -9,2%), mantendo-se, contudo, o resultado negativo (-39.690,00 réis) e um novo decréscimo do saldo disponível para 213.720,00 réis. Já em 1863 observa-se uma inversão favorável: as receitas aumentam para 944.070,00 réis (+7,8%) e as despesas diminuem para 887.690,00 réis (-3,0%), produzindo um excedente de 56.380,00 réis e elevando o saldo disponível para 270.100,00 réis. Em 1864 as receitas permanecem

praticamente estáveis (946.565,00; +0,3%), enquanto as despesas crescem para 929.310,00 réis (+4,7%), originando ainda assim um resultado positivo de 17.255,00 réis e um saldo disponível de 287.355,00 réis. Em 1865 regista-se um excedente mais expressivo: as receitas recuam para 904.765,00 réis (-4,4%), mas as despesas diminuem de forma mais acentuada, para 852.035,00 réis (-8,3%), permitindo um resultado positivo de 52.730,00 réis e um saldo disponível de 340.085,00 réis.

O período de 1866 a 1867 caracteriza-se por uma deterioração do equilíbrio financeiro, sobretudo por via do crescimento da despesa. Em 1866, apesar do aumento das receitas (945.525,00; +4,5%), as despesas sobem para 1.013.565,00 réis (+19,0%), gerando um prejuízo de -68.040,00 réis e reduzindo o saldo disponível para 272.045,00 réis. Em 1867, as receitas recuam ligeiramente (929.935,00; -1,6%), ao passo que as despesas voltam a aumentar, desta vez para 1.056.845,00 réis (+4,3%), conduzindo ao maior prejuízo observado neste período (-126 910,00 réis) e a uma descida pronunciada do saldo disponível para 145.135,00 réis. Em 1868, observamos uma reversão no desempenho que resulta sobretudo da contenção da despesa: as receitas aumentam para 958.715,00 réis (+3,1%), em parte devido à introdução de uma nova fonte de receitas: os juros das inscrições (em títulos de dívida pública). As despesas caem significativamente para 860.635,00 réis (-18,6%), produzindo um excedente de 98.080,00 réis e recuperando o saldo disponível para 243.215,00 réis. Em 1869, com receitas de 922.915,00 réis (-3,7%) e despesas praticamente estáveis em 864.750,00 réis (+0,5%), mantém-se um resultado positivo (58.165,00 réis) e o saldo disponível sobe para 301.380,00 réis.

Entre 1870 e 1871 regressam resultados negativos, novamente associados ao crescimento da despesa. Em 1870, as receitas aumentam para 950.520,00 réis (+3,0%), mas as despesas ascendem a 1.027.350,00 réis (+18,8%), o que determina um prejuízo de -76.830,00 réis e um saldo disponível de 224.550,00 réis. Em 1871, as receitas sobem para 993.030,00 réis (+4,5%), enquanto as despesas permanecem elevadas em 1.032.260,00 réis (+0,5%), resultando num prejuízo de -39.230,00 réis e na descida do saldo disponível para 185.320,00 réis. Em 1872 verifica-se uma variação favorável: as receitas aumentam para 1.035.560,00 réis (+4,3%) e as despesas diminuem para 912.315,00 réis (-11,6%), gerando um excedente de 123.245,00 réis e elevando o saldo disponível para 308.565,00 réis.

A partir de 1873 observa-se uma quebra acentuada do desempenho, seguida de forte volatilidade. Em 1873, as receitas caem para 866.225,00 réis (-16,4%) e as despesas

aumentam para 1.015.510,00 réis (+11,3%), originando um prejuízo de -149.285,00 réis, o mais elevado deste período, e reduzindo o saldo disponível para 159.280,00 réis. Em 1874, embora as receitas desçam ainda mais para 594.505,00 réis (-31,4%), a contração da despesa é ainda mais significativa (557.480,00 réis; -45,1%), permitindo um resultado ligeiramente positivo (37.025,00 réis) e uma recuperação moderada do saldo disponível para 196.305,00 réis. Foi também no ano de 1874 que o edifício da Irmandade e o respetivo hospital foram expropriados pela Câmara Municipal do Porto, no âmbito da abertura da atual Rua de Mouzinho da Silveira. Na sequência deste processo, a Irmandade recebeu, em 14 de agosto de 1874, uma indemnização de 5.890.000 réis e 12.916.000 réis pela expropriação da Capela e do Hospital, respetivamente. No entanto, estes valores não são considerados na secção das receitas gerais, sendo apresentados numa secção à parte, pelo que não contribuem para o resultado anual apurado pela Irmandade.

Em 1875, as receitas diminuem para 556.735,00 réis (-6,4%), mas a despesa volta a aumentar para 661.985,00 réis (+18,7%), gerando um défice de -105.250,00 réis e conduzindo o saldo disponível ao valor mínimo do período (91.055,00 réis). Este aumento significativo na despesa resulta da já referida expropriação e demolição do edifício da Confraria. De acordo com os registos, em 1875 a Confraria viu-se obrigada a despende 105.000 réis com a obra da nova capela na atual Rua de Santos Pousada (a localização atual da Irmandade).

O triénio final, 1876–1879, evidencia uma recuperação robusta, assente sobretudo na forte redução da despesa e na melhoria gradual das receitas. Em 1876, com receitas de 534.735,00 réis (-4,0%) e uma redução muito acentuada das despesas para 384.350,00 réis (-41,9%), obtém-se um excedente de 150.385,00 réis e o saldo disponível sobe para 241.440,00 réis. Em 1877, as receitas estabilizam (535.135,00; +0,1%), enquanto as despesas aumentam para 448.965,00 réis (+16,8%), ainda assim mantendo um excedente de 86.170,00 réis e elevando o saldo disponível para 327.610,00 réis. Em 1878, verifica-se nova melhoria expressiva: as receitas crescem para 593.410,00 réis (+10,9%), sendo que só os juros das inscrições geraram 411.000 réis, e as despesas diminuem para 319.515,00 réis (-28,8%), produzindo um excedente de 273.895,00 réis e elevando o saldo disponível para 601.505,00 réis. Foi também no ano de 1878 que ocorreu uma mudança significativa no método de escrituração das receitas e despesas: estas passaram a ser apresentadas mensalmente, o que pode sugerir que a administração terá acompanhado de forma mais regular o desempenho da Confraria. Finalmente, em 1879, as receitas sobem

para 637.710,00 réis (+7,5%) e as despesas recuam para 277.665,00 réis (-13,1%), gerando o maior excedente anual da série (360.045,00 réis) e culminando num saldo disponível de 961.550,00 réis.

Em termos agregados, o total do período contabiliza 15.714.075,00 réis em receitas e 15.025.770,00 réis em despesas, com um resultado acumulado positivo de 688.305,00 réis. A leitura conjunta dos dados permite concluir que a trajetória do saldo disponível resulta da alternância entre exercícios deficitários, concentrados sobretudo em 1861–1862, 1866–1867, 1870–1871 e, com maior intensidade, 1873 e 1875, e exercícios superavitários, particularmente relevantes em 1863, 1865, 1872 e no triênio de 1876 a 1879. De modo geral, o elevado saldo disponível no final do ano de 1879 resulta não apenas da obtenção de significativos excedentes consecutivos no final do período, mas também do ajustamento da despesa, dado que os resultados mais elevados coincidem com reduções acentuadas das despesas (1876, 1878 e 1879).

A análise deste livro revela ainda que as receitas e despesas decorrentes da administração do legado de João Cardoso de Miranda não integravam o cofre geral da Irmandade, salvo o valor que o legado destinava à Irmandade pela sua administração, sendo aquelas registadas de modo autónomo.

4.2.4 Livro de Receita e Despesa (1867-1918)

Para além do livro de Receita e Despesa previamente analisado, o arquivo da Irmandade alberga um segundo livro da mesma natureza, abrangendo o período de 1867 a 1918 (ver Figura 9), o que implica uma sobreposição temporal com o primeiro, relativo a 1861–1879. Apesar disto, este segundo livro apresenta duas diferenças fundamentais. Em primeiro lugar, as receitas e despesas são organizadas segundo um ano económico compreendido entre 1 de julho e 30 de junho do ano seguinte, em vez do ano civil. Em segundo lugar, o registo inicial, referente a 1867–1868, não considera qualquer saldo transitado de períodos anteriores, como se inexistisse histórico contabilístico. Esta opção introduz uma distorção relevante na comparabilidade dos resultados entre os dois livros. Nos períodos subsequentes, porém, os saldos transitados passam a ser novamente considerados, retomando-se uma lógica de continuidade.

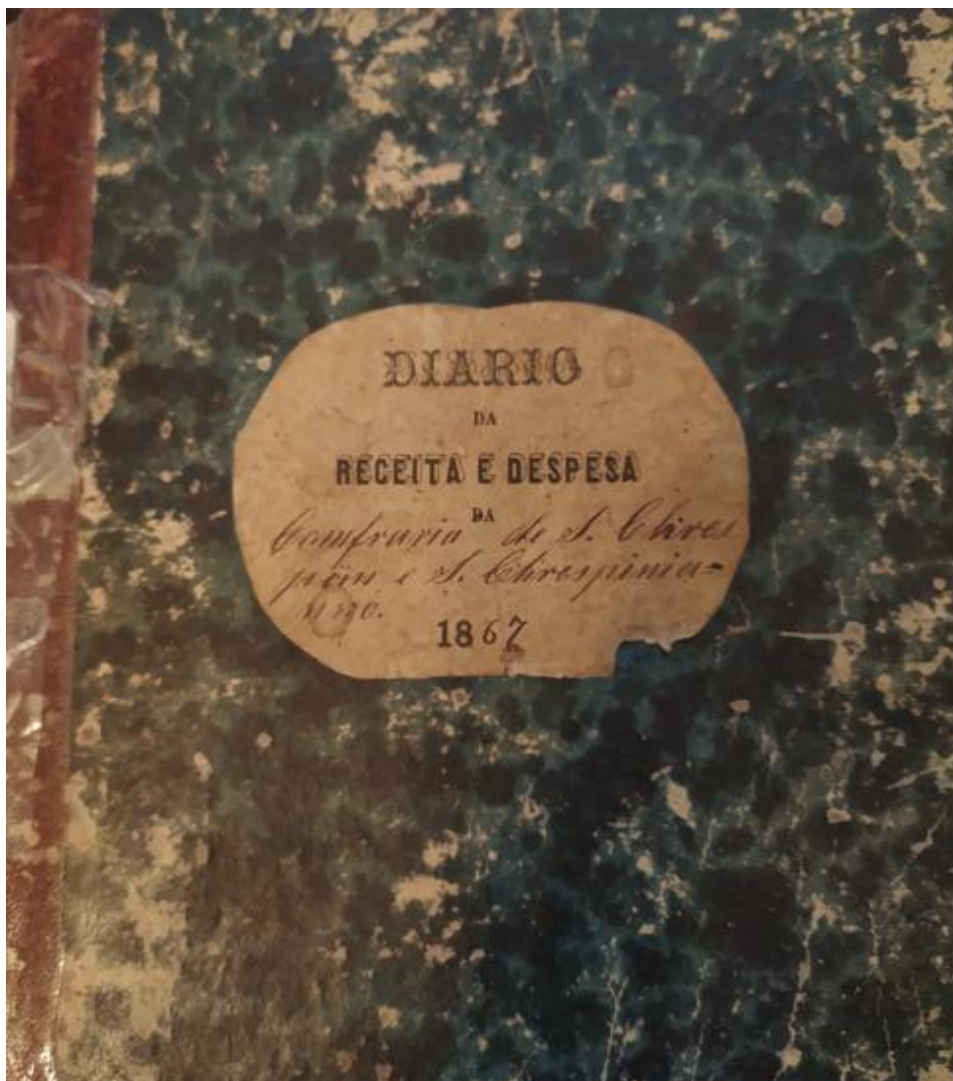


Figura 9 - Capa do Livro de Receita e Despesa (1867-1918)

Dando continuidade à análise de desempenho financeiro do subcapítulo anterior, apresenta-se de seguida o desempenho financeiro registado entre julho de 1879 e junho de 1887 (ver Tabela 5):

Tabela 5 - Livro de Receita e Despesa (1867 - 1918): Desempenho Financeiro de julho 1879 a junho 1887

(valores em réis)

Período	Receitas	Var. Rec. (%)	Despesas	Var. Desp. (%)	Resultado	Saldo Disponível
						32 810,00
01/07/1879 - 30/06/1880	487 465,00		475 275,00		12 190,00	45 000,00
01/07/1880 - 30/06/1881	519 280,00	6,5%	526 280,00	10,7%	-7 000,00	38 000,00
01/07/1881 - 30/06/1882	566 690,00	9,1%	566 681,00	7,7%	9,00	38 009,00
01/07/1882 - 30/06/1883	558 025,00	-1,5%	536 025,00	-5,4%	22 000,00	60 009,00
01/07/1883 - 30/06/1884	630 816,00	13,0%	622 545,00	16,1%	8 271,00	68 280,00
01/07/1884 - 30/06/1885	463 575,00	-26,5%	446 580,00	-28,3%	16 995,00	85 275,00
01/07/1885 - 30/06/1886	455 090,00	-1,8%	443 170,00	-0,8%	11 920,00	97 195,00
01/07/1886 - 30/06/1887	576 380,00	26,7%	524 790,00	18,4%	51 590,00	148 785,00
TOTAL	4 257 321,00		4 141 346,00		115 975,00	

O desempenho financeiro da Irmandade entre julho de 1879 e junho de 1887 apresenta alguma volatilidade, embora os resultados sejam predominantemente positivos. No período inicial (1879–1880), as receitas (487.465 réis) superam ligeiramente as despesas (475.275 réis), gerando um excedente de 12.190 réis que é somado ao saldo disponível dos anos anteriores de 32.810 réis. Em 1880–1881, as receitas aumentam para 519.280 réis (+6,5%), mas as despesas crescem mais rapidamente para 526.280 réis (+10,7%), originando um déficit de -7.000 réis. Em 1881–1882, receitas e despesas praticamente coincidem (566.690 e 566.681 réis), originando um resultado de 9 réis e estabilizando o saldo disponível nos 38.009 réis.

Em 1882–1883, observa-se uma ligeira redução das receitas (-1,5%) e uma diminuição mais acentuada das despesas (-5,4%), permitindo um excedente de 22.000 réis. Em 1883–1884, tanto as receitas (630.816 réis; +13,0%) como as despesas (622.545 réis; +16,1%) aumentam, mantendo-se um resultado positivo de 8.271 réis. No período seguinte (1884–1885), verifica-se uma contração significativa das receitas (-26,5%) e das despesas (-28,3%), ainda assim com um excedente de 16.995 réis. Em 1885–1886, os valores mantêm-se relativamente estáveis, com receitas de 455.090 réis, despesas de 443.170 réis e um resultado de 11.920 réis. Ao todo, os resultados deste período permitiram acumular um saldo de 97.195 réis.

Por fim, em 1886–1887, regista-se um aumento expressivo das receitas para 576.380 réis (+26,7%), acompanhado por um também expressivo crescimento das despesas para 524.790 réis (+18,4%), originando o melhor resultado do período (51.590 réis). Em termos globais, o período apresenta receitas totais de 4.257.321 réis e despesas de 4.141.346 réis, resultando num saldo acumulado positivo de 148.785 réis.

Tal como no livro de receita e despesa analisado anteriormente, é observável que as receitas e despesas do legado de João Cardoso de Miranda não integravam o cofre geral da Irmandade, com a exceção dos valores destinados à Irmandade pela sua administração.

Uma diferença face ao livro anterior reside no facto de, a partir de 1872, a secção de despesas passar a incluir uma subsecção específica dedicada ao hospital, o que permite identificar com maior precisão os custos diretamente associados ao seu funcionamento.

4.2.5 Livro do Tesoureiro

O livro do Tesoureiro reúne as receitas e despesas da Irmandade seguindo uma lógica semelhante à do Livro da Receita e Despesa de 1861 a 1879, apresentando valores idênticos e com base no calendário civil. Assim, podemos presumir que se tratava de um livro auxiliar que era elaborado e utilizado principalmente pelo tesoureiro.

Em 1869 e 1870, anos em que este livro começa a ser elaborado, as receitas e despesas são apresentadas tal como no livro principal de Receita e Despesa apresentado anteriormente, com secções distintas para as receitas e despesas e uma descrição sumária de cada valor recebido ou pago. Também aqui o saldo que vem do ano anterior é integrado na listagem dos rendimentos do ano corrente.

A partir de 1871 verifica-se uma alteração significativa no modo de apresentação das receitas: estas passam a ser apresentadas como uma lista do total das receitas obtidas por mês, em vez de uma apresentação individual de cada receita (ver Figura 10).

Receita		
1871		
Jan. 1	Recebido do Exercício Anterior	723,300
" 31	Recebido do Exercício	18,780
" 28	Idem	9,700
" 31	Idem	31,430
		10,600

Figura 10 - Livro do Tesoureiro: Receita de 1871

Quanto às despesas notam-se duas alterações relevantes: primeiro, é apresentado o mês em que cada despesa ocorreu e, segundo, existe uma numeração para cada documento de despesa, algo que não é apresentado no livro principal e que revela que a Irmandade tinha um sistema de gestão documental para organização dos seus documentos financeiros (ver Figura 11).

Despesa			
1871			
Jan. 1	Pago ao P. Capellão	Docum. N.º 1	3,450
" 1	Idem	" 2	1,000
" 31	Idem a Luiz de Araújo	" 3	1,350
" 1	Idem a M.ª Alves Carneiro	" 4	1,000
" 1	Idem a Marinho & Gomes	" 5	2,100
" 1	Idem a F.ª Ant.ª Velho	" 6	3,250
" 1	Idem a M.ª Alves Carneiro	" 7	3,200
" 1	Idem a M.ª Alves Carneiro	" 8	4,000
" 28	Idem a M.ª Alves Carneiro	" 9	3,000
" 1	Idem a M.ª Alves Carneiro	" 10	1,200
" 1	Idem a M.ª Alves Carneiro	" 11	4,400
" 1	Idem a Fazenda Nacional	" 12	43,425

Figura 11 - Livro do Tesoureiro: Despesa de 1871

No ano seguinte, a secção de despesas perde também a descrição sumária de cada uma das despesas, trocando-a pela apresentação do total das despesas por mês, mas mantendo a numeração dos documentos de despesa de cada mês (ver Figura 12).

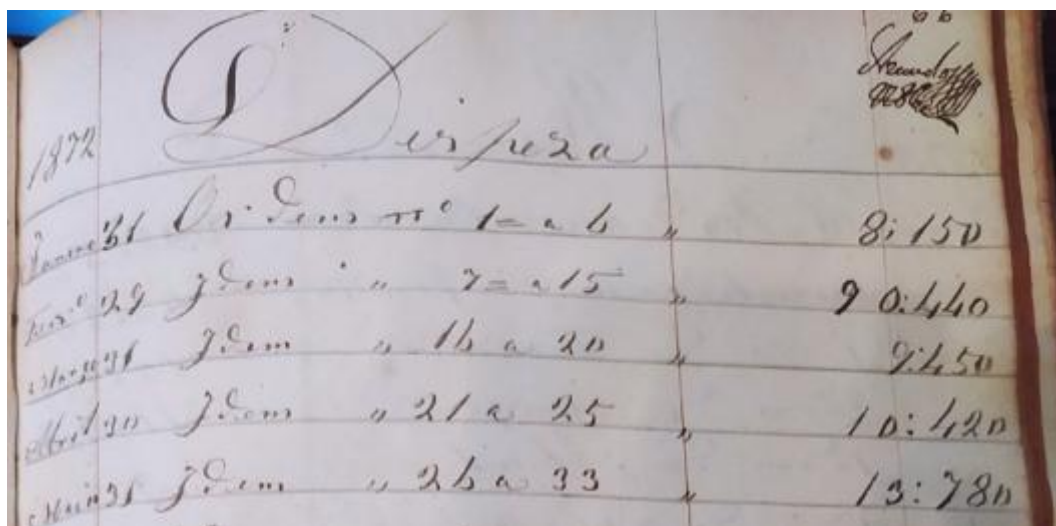


Figura 12 - Livro do Tesoureiro: Despesa de 1872

Este método de apresentação da informação, com os valores totais mensais e a numeração dos documentos de despesa, é mantido até ao final do livro. Conclui-se, portanto, que o Livro do Tesoureiro abandonou o método de registo do livro principal para se transformar num instrumento de controlo financeiro mais sintético e funcional, orientado para o acompanhamento mensal das contas e para a gestão documental das despesas.

4.2.6 Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela

O último livro em análise refere-se aos movimentos financeiros originados pela construção da nova e atual capela, situada na zona então designada por Póvoa de Cima. O livro começa com uma breve nota introdutória, na qual se pode ler, entre outras indicações, “Festa da inauguração na capela-mor da real irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano a 28 de julho de 1878” (ver Figura 13).

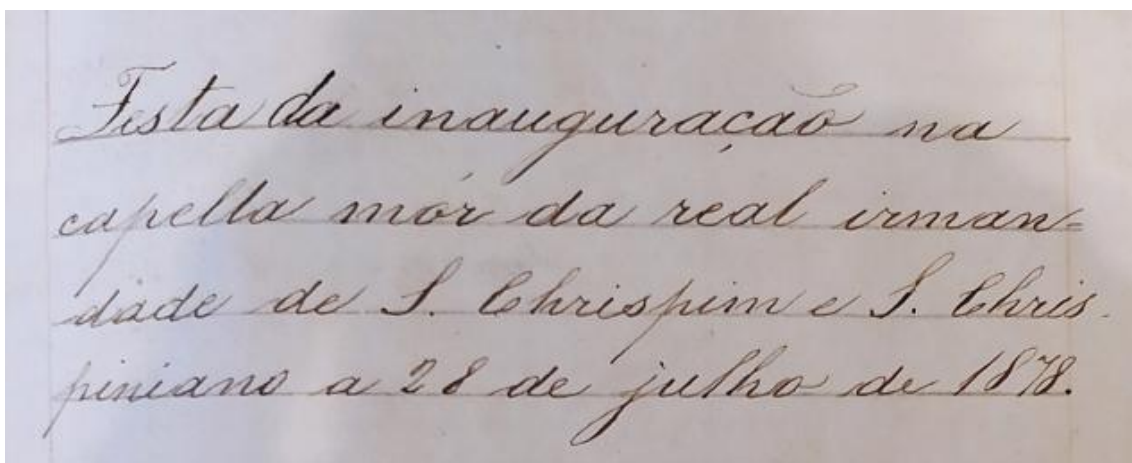


Figura 13 - Nota introdutória do Livro

Tal como os restantes livros de Receita e Despesa, este mantém a organização por secções de Receita e Despesa, contendo uma descrição sumária de cada movimento e o ano em que ocorreu.

Do lado da receita, destaca-se o peso predominante da indemnização de 5.890.000 réis recebida pela expropriação da antiga capela, bem como dos juros auferidos pelo depósito desse montante em instituições bancárias. Para além destes valores, os donativos também constituíram uma fonte relevante de receita, como é o caso dos 12.500 réis recebidos do Bispo D. Américo e dos 31.500 réis recebidos do benfeitor Manuel António Pereira de Paiva, o mesmo benfeitor que doou à Irmandade o terreno onde iria ser construída a capela. Outra fonte de receita, que evidencia como a Irmandade entende receita como um fluxo financeiro e não necessariamente económico, são os 1.282.254 réis recebidos por letras comerciais subscritas por diversos financiadores individuais (400.000 réis de António Ferreira, 517.254 réis de João Bento Ribeiro, 165.000 réis de José Pinto, 100.000 réis de José Soares Júnior e 100.000 réis de Lourenço José de Sousa). No total, em 1878, ano em que as receitas deixam de ser registadas neste livro, as receitas relacionadas com esta obra atingiram os 8.441.155 réis.

Quanto à despesa, esta corresponde maioritariamente a pagamentos a diversos profissionais envolvidos na construção, como pedreiros, pintores, vidreiros, madeiros e carpinteiros, bem como à aquisição de elementos específicos da capela, como uma claraboia (9.360 réis), um espelho (18.130 réis) e o sino (72.000 réis).

Paralelamente, registam-se também os encargos financeiros associados ao financiamento da obra, nomeadamente o pagamento de letras comerciais, como a de 100.000 réis a José Soares Júnior. No total, desde 1875 até 1878 foram despendidos 9.032.134 réis com esta obra, originando um défice de 590.979 réis. O livro regista ainda o pagamento faseado das restantes letras, no montante de 1.182.254 réis, totalmente regularizadas até 1886, o que contribuiu para o agravamento do défice global da obra em igual montante.

Importa salientar que as receitas e despesas aqui registadas se encontram igualmente refletidas nos livros de Receita e Despesa analisados anteriormente, o que sugere que este livro terá funcionado como um registo auxiliar, permitindo acompanhar uma operação extraordinária e financeiramente exigente, sem a desligar totalmente da escrituração geral.

Conclui-se que a construção da nova capela implicou um volume significativo de recursos, superando as receitas associadas e originando um défice significativo e prolongado, que terá exercido grande pressão sobre as finanças da Irmandade.

5.1 Principais fontes de receita e despesa da Irmandade

Desde o início até meados da década de 1860, a principal fonte de receita da Irmandade era o aluguer de propriedades a caseiros. Os valores pagos por arrendatários como o caseiro Lopes Coelho e o caseiro Cunha e Silva assumem particular relevância, atingindo, em 1861, 366.000 réis e 306.000 réis, respetivamente. Estes montantes revelam como o património imobiliário era essencial para a sustentabilidade financeira da Irmandade. Posteriormente, em 1866, as receitas com o aluguer do caseiro Lopes Coelho iriam ascender a 400.000 réis.

A par destas receitas patrimoniais, existiam também verbas provenientes da entrada de novos Irmãos, inicialmente fixadas em 5.800 réis por admissão e reduzidas para 2.000 réis em 1869. Apesar de serem quantias comparativamente baixas, revelam a importância da dimensão associativa da Irmandade enquanto fonte complementar de financiamento. De forma mais esporádica, mas reveladora da natureza religiosa da instituição, registam-se ainda receitas associadas a bênçãos de casas.

A partir de 1862, a Irmandade passou também a receber valores associados à administração do legado de João Cardoso de Miranda. Contudo, o legado não integrava plenamente o cofre geral da Irmandade, tendo antes uma escrituração autónoma. As suas receitas provinham sobretudo de géneros entregues por caseiros, como milho, centeio, trigo, carneiro, galinhas e lenha, posteriormente avaliados em réis. Entre 1875 e 1885, os rendimentos anuais deste legado oscilaram entre 142.676 réis, em 1885, e 178.315 réis, em 1879. No entanto, estes valores eram quase integralmente absorvidos por despesas próprias do legado, nomeadamente pagamentos ao capelão dos peregrinos, provedores, cobrador, medidor dos cereais, missas, esmolas e encargos administrativos. Assim, o impacto direto do legado fazia-se sentir sobretudo através dos valores que este destinava à Irmandade pela sua administração e para guisamento das missas, e não pela totalidade dos rendimentos agrícolas registados no livro de Contas de Legados.

Uma mudança significativa nas fontes de receita observa-se a partir de 1868, com a introdução dos juros das inscrições. Numa fase inicial, estes valores foram relativamente modestos, mas rapidamente adquiriram expressão determinante. Em 1872, os juros atingiram 90.000 réis; em 1875 e 1876, 318.000 réis; e entre 1877 e 1879 estabilizaram em 411.000 réis anuais. Esta tendência manteve-se nos anos seguintes: no exercício de 1879-1880, os juros das inscrições continuaram a representar 411.000 réis, passando

depois para valores muito próximos de 401.000 réis anuais entre 1880 e 1886. Esta estabilidade demonstra que, nos anos finais do período, os juros das inscrições se tornaram a principal fonte de receita da Irmandade, substituindo progressivamente os rendimentos imobiliários por rendimentos financeiros.

Esta evolução sugere uma alteração estrutural no modelo de financiamento da Irmandade. Se, na primeira metade do período, a sustentabilidade financeira assentava sobretudo nas propriedades arrendadas, a partir da década de 1870, verifica-se uma crescente importância das aplicações financeiras. Nas contas de 1872-1873, esta receita é identificada como “juros das inscrições do Governo”, pelo que podemos presumir que tais rendimentos correspondiam aos juros provenientes da subscrição de títulos de dívida pública.

Nos anos finais da década de 1870 e ao longo da década de 1880, surgem ou consolidam-se outras fontes de receitas, como, por exemplo, os peditórios semanais. Entre 1875 e 1886, estes peditórios oscilaram entre 20.800 réis e 64.990 réis anuais, um facto que é revelador da proximidade da Irmandade à sua comunidade. O surgimento desta receita poderá estar associado à necessidade de reforçar o financiamento da Irmandade num contexto marcado pela expropriação do edifício da Confraria e pela construção da nova capela.

Também os domínios e os foros surgem nos anos finais em análise como receitas relevantes. Os domínios atingiram 37.000 réis em 1880-1881, 81.000 réis em 1881-1882, 90.000 réis em 1882-1883 e 86.000 réis em 1883-1884, voltando a aparecer com expressão no exercício iniciado em 1886. Os foros, embora de menor valor, mantêm-se de forma regular, geralmente em torno de 6.000 a 7.000 réis anuais. Estas rubricas demonstram que o património imobiliário continuava a desempenhar um papel importante, ainda que já não com o peso que tivera nos anos anteriores e sem uma explicação sobre a natureza destas receitas.

Importa ainda referir algumas receitas extraordinárias. A mais relevante foi a indemnização recebida pela expropriação da antiga capela e do hospital, em 1874, no montante de 5.890.000 réis pela capela e 12.916.000 réis pelo hospital. Estes valores, contudo, não foram tratados como receitas ordinárias no livro geral de Receita e Despesa, surgindo registados numa secção à parte. O Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela evidencia ainda outras receitas associadas à construção da nova capela, nomeadamente

juros do depósito da indenização, donativos e letras comerciais subscritas por particulares.

Do lado da despesa, a estrutura revela-se simultaneamente estável e exigente. Entre 1861 e 1873, a rubrica mais onerosa correspondeu ao pagamento anual de 480.000 réis de juros relativos a um empréstimo de 9.600.000 réis contraído junto da Ordem Terceira de São Francisco. Este encargo absorvia uma parte muito significativa das receitas correntes, condicionando o equilíbrio financeiro da Irmandade e contribuindo para vários dos resultados negativos observados. Em 1874, na sequência do recebimento da indenização pela expropriação dos edifícios, a Irmandade efetuou um pagamento de 8.000.000 réis à Ordem Terceira, que terá liquidado integralmente este empréstimo, pois a partir desse momento deixaram de se registar encargos com os respetivos juros, o que contribuiu para aliviar a estrutura de despesa corrente.

A par dos encargos financeiros, os pagamentos da décima predial surgem de forma recorrente, evidenciando a tributação do Estado sobre as propriedades da Irmandade.

As despesas com pessoal associado à atividade religiosa são permanentes e crescentes. Nos primeiros anos, destacam-se o ordenado do capelão, inicialmente de 40.000 réis e depois fixado em 50.000 réis, e o ordenado do servo, situado entre 36.000 e 48.000 réis. Nos anos finais, observa-se um aumento destes encargos: o ordenado do capelão ascende a 80.000 réis em 1879-1880, 90.000 réis nos anos seguintes e 100.000 réis a partir de 1884-1885; já o ordenado do sacristão (antigo servo) passa de 48.000 réis para 72.000 réis e depois para 80.400 réis anuais.

As despesas com as atividades religiosas ocupam também um lugar de relevo. Registam-se pagamentos com cera, guisamento das missas, missas pelas almas dos irmãos falecidos, festividades em honra dos santos padroeiros, música, armações da capela e aquisição de objetos de culto. Nos anos finais do período, a cera representa geralmente entre 17.000 e 20.000 réis anuais, enquanto o guisamento das missas se situa em torno de 19.000 a 20.000 réis. As festividades, quando registadas, assumem valores expressivos, como 45.240 réis em 1880-1881, 57.920 réis em 1881-1882 e 49.920 réis em 1884-1885. A regularidade destas despesas confirma que a finalidade espiritual da Confraria continuava a orientar uma parte significativa dos seus recursos.

A dimensão assistencial também se encontra presente na despesa. Nos livros gerais surgem esmolas aos peregrinos, com valores próximos de 9.000 a 12.000 réis anuais nos

anos de 1880, enquanto o Livro de Contas de Legados regista esmolas distribuídas a Irmãos pobres nos dias de Reis. A partir de 1872, o segundo Livro de Receita e Despesa passou ainda a incluir uma subsecção específica dedicada ao hospital, permitindo identificar com maior precisão os custos associados a essa vertente da atividade da Irmandade.

As despesas administrativas e de controlo também merecem destaque. Incluem prémios de seguro, despesas de secretaria, selos, recibos, papel, remunerações a cobradores e outros pequenos encargos. O Livro do Tesoureiro revela, além disso, uma preocupação crescente com o acompanhamento mensal das receitas e despesas e com a organização documental dos pagamentos, através da numeração dos documentos de despesa.

Por fim, as obras e a manutenção do património constituíram uma das rubricas mais exigentes da despesa. Já nos primeiros anos se registavam encargos com conservação de bens, mas a partir da expropriação de 1874 esta dimensão tornou-se particularmente relevante. Em 1875, a Irmandade despendeu 105.000 réis com a obra da nova capela na Rua de Santos Pousada. O Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela mostra, contudo, que o impacto financeiro foi muito superior: entre 1875 e 1878, as despesas com a construção atingiram 9.032.134 réis e foram agravadas pelo pagamento faseado das letras comerciais até 1886.

Em termos globais, a análise dos livros contabilísticos permite concluir que as principais fontes de receita da Irmandade evoluíram ao longo do período. Numa primeira fase, predominaram os rendimentos imobiliários, sobretudo os alugueres pagos por caseiros. A partir de finais da década de 1860, os juros das inscrições passaram progressivamente a ocupar o lugar central, tornando-se, na década de 1880, a fonte de receita corrente mais relevante e estável. A estas receitas somavam-se entradas de Irmãos, peditórios semanais, foros, domínios, valores provenientes da administração de legados e, extraordinariamente, receitas associadas à expropriação e à construção da nova capela.

Do lado da despesa, a Irmandade suportou inicialmente encargos financeiros muito pesados, em particular os juros do empréstimo contraído junto da Ordem Terceira de São Francisco. Após a liquidação desse encargo, a estrutura de custos passou a concentrar-se sobretudo nos ordenados do pessoal religioso, nas despesas de culto, nas obrigações fiscais, nas despesas administrativas, nas esmolas e, de forma muito significativa, nas

obras. A construção da nova capela, como consequência da expropriação da antiga capela e do hospital, constituiu o principal fator de pressão financeira neste período.

5.2 Comparação com práticas contabilísticas conhecidas da época

Comparando as práticas contabilísticas conhecidas da época com a escrituração da Irmandade, vemos que, em geral, estas se enquadram na lógica utilizada por diversas instituições religiosas portuguesas, destacando-se o uso do método de partidas simples, a centralidade das receitas e despesas e a existência de livros com finalidades administrativas diferenciadas.

Tal como referido por D. Duarte & Rodrigues (2022), que analisaram os processos contabilísticos da Irmandade de Santa Cruz, em Braga, entre 1581 e 1762, também aqui os registos se apresentam orientados para dar visibilidade a movimentos financeiros e ao respetivo controlo. Quanto às operações registadas, as semelhanças são igualmente visíveis. A Irmandade de Santa Cruz apresenta despesas correntes associadas ao culto e ao funcionamento institucional, como o ordenado do capelão, o ordenado do servo, pagamentos por música e por serviços ligados a celebrações, bem como despesas de carácter assistencial, como a atribuição de esmolas. Como vimos, estas rubricas encontram paralelo na Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, onde se observam despesas correntes com capelão, sacristão, missas, cera, festividades, esmolas e apoio a peregrinos.

Comparando com o Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo, estudado por Araújo (2010), podemos observar outra semelhança relevante: o uso de livros de Receita e Despesa para escrituração de movimentos financeiros. No entanto, e contrariamente à Irmandade, o mosteiro mantinha também livros específicos para receitas em dinheiro e receitas em espécie. Neste último caso, eram registados os géneros recebidos, a identificação de quem os entregava e a respetiva quantificação, prática que também se observa no Livro de Contas de Legados da Irmandade, onde os géneros entregues pelos caseiros eram identificados, quantificados e convertidos em réis. O Mosteiro mantinha ainda livros destinados ao controlo de juros a receber e a pagar, o que demonstra uma maior especialização documental e financeira relativamente àquela que foi possível observar na Irmandade do Porto.

Na Congregação de São Bento de Portugal, analisada por Malheiro (2023), verifica-se igualmente a utilização de diversos livros contabilísticos com diversas funções. A Congregação recorria, entre outros, ao Livro do Depósito, ao Livro do Gasto e ao Livro do Dinheiro que a Congregação tomou a juro por conta do Mosteiro de Lisboa. Embora a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano não apresente a mesma estrutura, a existência do Livro do Tesoureiro e do Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela revela também uma preocupação em criar registos auxiliares para operações específicas com um impacto relevante.

Esta multiplicidade de livros aproxima também a Irmandade de outros exemplos referidos na literatura, como o Mosteiro de Alcobaça, estudado por Lira (2010), onde diferentes livros serviam finalidades administrativas e patrimoniais distintas. Do mesmo modo, a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano também adotava os seus registos às necessidades concretas da instituição, através dos supramencionados livros para receitas e despesas, livros auxiliares para o tesoureiro, registos próprios para legados, inventários para controlo patrimonial e um livro específico para a obra da nova capela.

No domínio patrimonial, a aproximação ao caso descrito por Malheiro (2023) é particularmente direta no uso do inventário. Em 1776, a Congregação de São Bento realizou um inventário onde constavam os objetos e as quantidades existentes, divididos por tipo de item, tal como acontece no inventário da Irmandade, que apresenta uma listagem de bens com quantidades, sem valorização monetária sistemática.

Conclui-se então que, quando comparada com os casos analisados na literatura, a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano apresenta práticas contabilísticas reconhecíveis no contexto institucional religioso português: registo por receitas e despesas, valorização do saldo, escrituração de receitas em espécie, utilização de inventários, separação de determinados fundos ou atividades e recurso a livros auxiliares com funções específicas. As diferenças observáveis entre instituições situam-se sobretudo na inclusão do saldo dos anos anteriores nas receitas do ano corrente, no grau de especialização dos livros e na forma concreta de organização dos registos. Contudo, no geral, os resultados mostram um alinhamento claro com práticas de escrituração documentadas para instituições religiosas semelhantes.

5.3 Utilidade da informação contabilística para a administração da Irmandade

A informação contabilística presente nos livros analisados da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto evidencia que esta assumia uma utilidade essencialmente administrativa, na medida em que estruturava e possibilitava o controlo dos recursos utilizados nas atividades religiosas, assistenciais e patrimoniais da instituição.

No caso do Livro de Contas de Legados (1875–1886), a informação contabilística manifesta-se, antes de mais, como instrumento de controlo de cobranças e de administração de receitas associadas à exploração de propriedades agrícolas, por intermédio de caseiros. Ao registar anualmente a identificação dos caseiros, a natureza dos géneros recebidos, a respetiva quantificação e a sua conversão em réis, o livro possibilita a organização, comparação e avaliação de um conjunto de rendimentos em espécie. A utilidade administrativa deste livro é igualmente evidente no modo como são registados os encargos associados à obtenção e administração dessas receitas. As despesas com cobrador, medidor de cereais, provedores, secretaria, selos e recibos revelam que a Irmandade procurava tornar visíveis os custos necessários à cobrança e gestão do legado. Ao mesmo tempo, a presença de rubricas relacionadas com missas, esmolas e pagamentos determinados por disposição testamentária demonstra que a contabilidade podia servir também para controlar o cumprimento das obrigações religiosas e assistenciais impostas pelos testadores. Neste sentido, o livro não serviria apenas para registar entradas e saídas de fundos, mas também para auxiliar a verificação da execução da vontade testamentária.

A separação entre as receitas e despesas do legado e as contas gerais da Irmandade revela outra dimensão importante da utilidade da informação contabilística. Ao registar o legado autonomamente, a administração conseguia distinguir recursos afetos a finalidades específicas dos recursos gerais da Confraria. Esta separação permitia preservar a rastreabilidade dos valores recebidos e pagos, evitando a confusão entre fundos.

Nos Livros de Receita e Despesa, a informação contabilística assume uma função mais ampla de acompanhamento da situação financeira da Irmandade. A organização anual das receitas, despesas e saldos permitia compreender a evolução dos recursos disponíveis e identificar períodos de maior equilíbrio ou maior pressão financeira. Um aspeto particularmente relevante é o modo como a Irmandade integrava o saldo transitado do ano anterior nas receitas disponíveis do período seguinte. Esta prática evidencia uma

lógica de continuidade financeira, centrada no montante efetivamente disponível para a administração, mais do que numa avaliação isolada do resultado de cada exercício. A utilidade desta informação torna-se especialmente visível nos anos marcados pela expropriação da antiga capela e do hospital e pela construção da nova capela. Sem uma escrituração regular das receitas, despesas e saldos, seria mais difícil compreender de que forma estes eventos extraordinários afetaram a tesouraria da instituição e condicionaram a sua gestão nos anos seguintes.

O segundo Livro de Receita e Despesa (1867–1918) reforça esta utilidade administrativa, ainda que apresente diferenças face ao primeiro, nomeadamente a adoção do ano económico entre 1 de julho e 30 de junho. A sua existência demonstra a continuidade da preocupação com o registo das receitas, despesas e saldos, permitindo acompanhar a situação financeira da Irmandade para além do período coberto pelo primeiro livro. A inclusão de uma subsecção específica dedicada ao hospital, a partir de 1872, revela ainda uma tentativa de tornar mais claro o impacto financeiro das diferentes atividades da Irmandade.

O Livro do Tesoureiro evidencia uma utilidade contabilística mais tática. A passagem para uma apresentação mensal das receitas e despesas facilitava a visualização das tendências dos fluxos financeiros ao longo do ano e entre diferentes anos. Além disso, a numeração dos documentos de despesa revela a existência de uma preocupação com a organização documental e com a possibilidade de relacionar os valores registados com documentos comprovativos. Assim, este livro parece ter funcionado como instrumento auxiliar de controlo interno, útil para o trabalho do tesoureiro e para a verificação posterior dos pagamentos efetuados.

Por sua vez, o Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela mostra a utilidade da contabilidade no acompanhamento de uma operação extraordinária e financeiramente exigente. Ao registar autonomamente as receitas associadas à construção da nova capela, como a indemnização da expropriação, juros, donativos e letras comerciais, bem como as despesas com materiais, trabalhadores e encargos financeiros, este livro permitia controlar uma obra que não se confundia com a atividade corrente da Irmandade. A sua existência revela que, perante uma necessidade excecional, a instituição recorreu a um registo específico para acompanhar com maior detalhe a aplicação dos recursos e o consequente défice.

O inventário de bens móveis complementa esta informação ao revelar uma utilidade contabilística de natureza patrimonial. A listagem dos bens, ainda que sem valorização monetária sistemática, fornecia uma base para o controlo físico do património da Irmandade. A identificação de objetos de culto, paramentos, móveis, alfaia, bens do hospital e livros administrativos permitia à instituição conhecer os bens sob sua responsabilidade e assegurar a sua transmissão entre administrações. Para além disto, a inclusão dos próprios livros de contabilidade da Irmandade no inventário revela ainda que a documentação era entendida como parte relevante do património institucional.

Em conjunto, os livros analisados permitem concluir que a contabilidade permitia controlar receitas e despesas, acompanhar saldos disponíveis, administrar legados, cumprir obrigações religiosas e testamentárias, organizar documentos de suporte, controlar bens móveis, distinguir fundos e atividades específicas e acompanhar operações extraordinárias. Deste modo, a contabilidade funcionava como um instrumento administrativo de governação interna, apoiando a gestão dos recursos e a prestação de contas no interior da Irmandade.

5.4 Fatores institucionais, administrativos e contextuais justificam as práticas contabilísticas adotadas

A análise dos livros contabilísticos da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto permite concluir que as práticas contabilísticas adotadas resultavam da adaptação às circunstâncias específicas da instituição. Esta interpretação é coerente com a Teoria da Contingência, segundo a qual os sistemas contabilísticos devem ser compreendidos em função do contexto organizacional em que operam e das necessidades concretas de controlo, administração e tomada de decisão (Chenhall, 2003; Otley, 1980).

Em primeiro lugar, os fatores institucionais tiveram um papel determinante na configuração do sistema contabilístico. Enquanto organização religiosa leiga, os registos poderiam servir também para assegurar o cumprimento de obrigações religiosas, nomeadamente missas, sufrágios, bênçãos, guisamento do culto e encargos testamentários associados aos legados. O Livro de Contas de Legados evidencia particularmente esta dimensão, ao autonomizar as receitas e despesas relacionadas com o legado de João Cardoso de Miranda e Maria Carneira, permitindo o controlo dos rendimentos recebidos,

das despesas com missas, do pagamento ao capelão e da distribuição de esmolas. Assim, a escrituração permitia assegurar que os recursos recebidos eram aplicados de acordo com finalidades religiosas e assistenciais previamente definidas.

A dimensão confraternal e assistencial da Irmandade também justificava a necessidade de registos contabilísticos regulares. As despesas com esmolas a Irmãos pobres, apoio a peregrinos, missas por alma dos Irmãos falecidos, atividades de culto e manutenção da vida religiosa demonstram que a contabilidade apoiava a prossecução dos objetivos espirituais e sociais da instituição. Neste sentido, os livros contabilísticos funcionavam como instrumento de prestação de contas perante todas as partes interessadas.

Administrativamente, a simplicidade dos métodos utilizados parece ajustada ao volume, à natureza e à complexidade das operações da Irmandade. A predominância da partida simples não deve ser entendida apenas como sinal de limitação técnica, mas como uma solução compatível com uma organização cuja principal necessidade era controlar entradas, saídas, saldos e obrigações específicas. Ainda assim, esta simplicidade coexistia com uma diferenciação funcional dos livros. Os livros de Receita e Despesa permitiam acompanhar o desempenho financeiro geral, o Livro do Tesoureiro introduzia uma lógica mais sintética e mensal, com numeração de documentos de despesa, o Livro de Contas de Legados assegurava o acompanhamento autónomo das obrigações testamentárias, o Livro de Inventário permitia controlar os bens móveis, e o Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela permitia acompanhar uma intervenção extraordinária de elevado impacto financeiro. Esta especialização revela que apesar da contabilidade ser simples na técnica, era funcionalmente adaptada às necessidades administrativas da instituição.

Os fatores contextuais ajudam igualmente a explicar as práticas contabilísticas observadas. O século XIX português foi marcado pelo Liberalismo, pela secularização, pela reorganização das instituições religiosas e por uma maior intervenção do Estado sobre a vida institucional e patrimonial das entidades religiosas. Neste contexto, a manutenção de registos contabilísticos assumia relevância não apenas para a gestão interna, mas também para a legitimação e continuidade institucional. Além disso, apesar da difusão progressiva das partidas dobradas em Portugal, estas não se impuseram de forma uniforme a todas as organizações, persistindo em muitas instituições religiosas métodos tradicionais de escrituração. A inexistência de obrigatoriedade generalizada de adoção das partidas dobradas favorecia, assim, soluções contabilísticas adaptadas à realidade concreta de cada organização.

Por fim, a transformação urbana do Porto e, em particular, a expropriação da antiga capela e do hospital da Irmandade, constituíram fatores decisivos na evolução das suas práticas contabilísticas. A construção da nova capela implicou um investimento financeiro muito significativo, exigindo o acompanhamento separado das receitas e despesas associadas à obra, bem como o controlo de indemnizações, donativos, juros, letras comerciais e pagamentos a diferentes profissionais. A existência de um livro próprio para esta obra demonstra que a Irmandade criou mecanismos contabilísticos específicos sempre que a natureza das operações o exigia. Deste modo, a configuração do sistema contabilístico da Irmandade refletia uma lógica contingencial: as práticas adotadas resultavam da articulação entre a sua missão religiosa e assistencial, as suas necessidades administrativas, a gestão do património, a prestação de contas interna e as circunstâncias históricas do Portugal liberal oitocentista.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

6.1 Principais conclusões

A presente dissertação teve como objetivo analisar a organização do sistema de contabilidade da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto no período compreendido entre 1861 e 1886, com particular atenção aos métodos de registo utilizados, à natureza e função dos diferentes livros contabilísticos, ao papel desempenhado pela informação contabilística na administração da instituição e aos fatores institucionais, administrativos e contextuais que ajudam a justificar as práticas contabilísticas adotadas. A escolha deste período justificou-se pela relativa abrangência e consistência dos registos disponíveis, que permitiram observar, com maior detalhe, a forma como a Irmandade organizava, controlava e utilizava a sua informação financeira e patrimonial.

Os resultados obtidos permitem concluir que o sistema contabilístico da Irmandade era simultaneamente simples na técnica e complexo nas suas finalidades administrativas. A escrituração assentava essencialmente em práticas próximas das partidas simples, orientadas para o registo de receitas, despesas e saldos, sem adoção de uma lógica patrimonial completa ou de partidas dobradas. No entanto, esta simplicidade técnica não significava ausência de organização. Pelo contrário, a análise dos livros demonstra que a Irmandade utilizava um diverso conjunto de registos com funções próprias e ajustados às necessidades concretas de administração. Esta configuração contabilística pode ser interpretada à luz de uma lógica contingencial, na medida em que as práticas adotadas parecem resultar da adaptação da contabilidade às circunstâncias específicas da instituição.

Um dos aspetos mais relevantes observados foi a separação contabilística do legado de João Cardoso de Miranda e Maria Carneira das contas gerais da Irmandade. Esta separação sugere uma preocupação em garantir que as obrigações religiosas, assistenciais e administrativas impostas pelo legado eram cumpridas e verificáveis.

O Livro do Tesoureiro evidencia uma evolução significativa nas práticas de controlo interno. A partir de 1871, as receitas passaram a ser apresentadas de forma mensal e, no caso das despesas, observa-se a identificação dos documentos justificativos através da sua numeração. Esta prática revela que a Irmandade não se limitava a registar valores recebidos e pagos, mas procurava associar os movimentos financeiros a comprovativos documentais, reforçando a possibilidade de verificação posterior das operações.

O Livro de Inventário dos bens móveis mostra uma prática de controlo físico dos bens da Irmandade, mas sem uma valorização monetária sistemática. Os inventários de 1862 e 1880 identificavam e quantificavam objetos de culto, paramentos, alfaías, móveis, bens associados ao hospital e livros administrativos, mas não lhes atribuíam, de forma regular, um valor económico. Esta característica permite concluir que a função principal do inventário não era a avaliação financeira do património, mas antes a sua preservação, localização e controlo material.

A construção da nova capela constitui outro exemplo da capacidade da Irmandade para adaptar os seus registos contabilísticos a necessidades específicas. O Livro de Receita e Despesa da Obra da Capela permitiu acompanhar autonomamente uma operação extraordinária, decorrente da expropriação da antiga capela e do hospital e da necessidade de edificação de um novo espaço de culto. O tratamento autónomo desta obra revela que a Irmandade reconheceu a sua dimensão excecional e a necessidade de controlar separadamente os recursos mobilizados e os compromissos assumidos.

No início do período em análise, as receitas da Irmandade provinham maioritariamente do património imobiliário. Contudo, ao longo do tempo, as receitas resultantes de aplicações financeiras assumiram uma posição de crescente destaque. Em paralelo, foram sempre obtidas consideráveis receitas associadas às funções religiosas e assistenciais. Excecionalmente, foram também obtidas consideráveis receitas pela expropriação dos edifícios. As despesas, por sua vez, destinavam-se sobretudo à manutenção das atividades religiosas, à gestão do património e ao cumprimento das obrigações relacionadas com legados e práticas de culto. Paralelamente, a construção da nova capela constituiu um fator de forte pressão financeira, exigindo receitas extraordinárias e recurso a financiamento por letras comerciais.

Assim, a contabilidade da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto não deve ser entendida apenas como um registo elementar de entradas e saídas de dinheiro. Embora tecnicamente simples, refletia uma reconciliação entre as suas necessidades internas e as circunstâncias externas em que se encontrava inserida e funcionaria principalmente como um mecanismo de controlo interno, prestação de contas e apoio administrativo, permitindo a monitorização dos recursos, assegurando a correta execução das disposições testamentárias e facilitando a organização das atividades institucionais.

6.2 Contributos da Investigação

Este estudo contribui para a área da História da Contabilidade, apresentando uma análise detalhada e contextualizada das práticas contabilísticas numa instituição religiosa portuguesa durante o século XIX. Ao fazê-lo, colmata uma lacuna existente na literatura, que se tem centrado predominantemente noutros contextos geográficos ou em diferentes tipos de organizações, oferecendo assim novos dados empíricos relativos a Portugal e, mais especificamente, ao contexto urbano do Porto.

De uma perspetiva empírica, a investigação apresenta uma análise sistemática de um conjunto de fontes de arquivo primárias, incluindo vários livros de contabilidade que abrangem diferentes aspetos da atividade financeira e administrativa da Irmandade. Ao investigar estes registos, o estudo contribui para uma compreensão mais abrangente da diversidade e funcionalidade dos sistemas de contabilidade nas organizações religiosas. Ao caracterizar detalhadamente os livros de contabilidade, a sua estrutura e as suas respetivas funções, oferecemos informações valiosas sobre a forma como a informação contabilística era produzida, organizada e utilizada na prática.

Este estudo contribui também para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento interno das instituições religiosas, que desempenharam um papel crucial no tecido social, religioso e assistencial da sociedade portuguesa do século XIX. Ao focar-se na dimensão contabilística, a investigação revela os mecanismos administrativos que sustentavam as atividades da Irmandade, destacando a importância da contabilidade como ferramenta para a gestão de recursos, o cumprimento de obrigações e a garantia da continuidade institucional.

De um ponto de vista teórico, os resultados contribuem para o reforço de argumentos característicos da literatura sobre a história da contabilidade, nomeadamente a noção de que a contabilidade deve ser entendida como uma prática inserida no seu contexto social e institucional. O caso analisado demonstra que as práticas contabilísticas foram moldadas pelos objetivos específicos da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano, nomeadamente finalidades religiosas, assistenciais e de governação. Neste sentido, o estudo apoia perspetivas que contestam a visão da contabilidade como um sistema neutro e puramente técnico, destacando o seu papel nos processos de controlo, prestação de contas e organização institucional.

Adicionalmente, a investigação contribui para a compreensão da persistência e adaptabilidade do método de escrituração de partidas simples em contextos em que técnicas mais avançadas, como a contabilidade por partidas dobradas, já eram conhecidas, mas não necessariamente adotadas.

Em suma, este estudo oferece contribuições tanto empíricas como teóricas, combinando dados de arquivo com uma abordagem interpretativa, enriquecendo assim o corpo de conhecimento existente sobre a contabilidade nas organizações religiosas e contribuindo para uma compreensão mais matizada das práticas contabilísticas em contextos históricos.

6.3 Limitações da Investigação

Apesar das contribuições acima referidas, este estudo está sujeito a uma série de limitações que devem ser tidas em conta na interpretação dos seus resultados.

Em primeiro lugar, o âmbito temporal da investigação constitui uma limitação importante. Embora o período entre 1861 e 1886 tenha sido deliberadamente selecionado devido à relativa exaustividade e consistência dos registos contabilísticos disponíveis, esta delimitação restringe a análise a um intervalo de tempo específico dentro da longa trajetória histórica da Irmandade. Consequentemente, não é possível fazer uma avaliação completa da evolução das práticas contabilísticas ao longo do tempo.

Em segundo lugar, a dissertação foca-se exclusivamente na Irmandade de São Crispim e São Crispiniano do Porto, o que permite uma análise aprofundada e rica deste estudo de caso, mas limita a generalização dos resultados. As práticas contabilísticas observadas podem refletir as características específicas desta instituição, pelo que podem não ser diretamente aplicáveis a outras organizações religiosas.

Outra limitação prende-se com o recurso a fontes de arquivo, em particular livros de contabilidade, como base principal para a análise. Embora esses documentos sejam essenciais para a investigação histórica, não fornecem necessariamente uma representação completa ou totalmente transparente das práticas do passado. Os registos contabilísticos podem omitir ou distorcer certos acontecimentos económicos e/ou financeiros. Como consequência, a interpretação destas fontes requer cautela, uma vez que representam apenas uma interpretação da realidade da Irmandade.

Ademais, a ausência de fontes documentais ou narrativas complementares, tais como correspondência, relatórios administrativos ou testemunhos, limita a nossa capacidade de contextualizar certas práticas contabilísticas ou de compreender plenamente as intenções e perspectivas das pessoas envolvidas na produção e utilização da informação contabilística.

Por fim, a natureza interpretativa da investigação, embora metodologicamente adequada, introduz um elemento de subjetividade. A análise de documentos históricos envolve necessariamente processos de seleção, interpretação e contextualização por parte do investigador, que podem influenciar as conclusões obtidas. Embora tenham sido realizados esforços para garantir o rigor e a imparcialidade da análise, não podemos deixar de admitir que possam existir interpretações alternativas das mesmas fontes.

Em conjunto, estas limitações não comprometem a validade do estudo, mas definem antes o seu âmbito e limites. Reconhecê-las é essencial para uma compreensão equilibrada dos resultados.

6.4 Linhas Futuras de Investigação

As limitações identificadas neste estudo abrem várias vias para investigação futura, o que poderá contribuir para uma compreensão mais profunda e abrangente das práticas contabilísticas nas instituições religiosas e da sua evolução histórica. Uma abordagem relevante para investigações futuras seria alargar o âmbito temporal da análise. A análise dos registos contabilísticos de períodos anteriores e posteriores permitiria uma visão mais completa da contabilidade da Irmandade, tornando possível identificar continuidades e alterações nas práticas contabilísticas ao longo do tempo.

Outra via promissora de investigação reside na análise comparativa das práticas contabilísticas em diferentes instituições religiosas, permitindo identificar semelhanças e diferenças nos sistemas contabilísticos e contribuindo para uma melhor compreensão da forma como o contexto e a organização interna influenciam as práticas contabilísticas.

Investigações futuras poderiam também beneficiar da incorporação de fontes não contabilísticas. A utilização de materiais de arquivo complementares, tais como atas de reuniões ou documentos jurídicos, permitiria uma contextualização mais rica dos registos

contabilísticos e uma melhor compreensão dos processos de tomada de decisão relacionados.

Além disso, seria útil explorar de forma mais explícita a relação entre as práticas contabilísticas e os mecanismos de governação das organizações religiosas. Analisar a forma como a informação contabilística foi utilizada nos processos de tomada de decisão, como a prestação de contas foi assegurada e como o controlo foi exercido nestas instituições poderia proporcionar uma compreensão mais aprofundada do papel da contabilidade enquanto ferramenta de governação e disciplina organizacional.

Por fim, estudos futuros poderão analisar com maior pormenor a interação entre as práticas contabilísticas nas instituições religiosas e a evolução mais ampla da contabilidade em Portugal, nomeadamente no contexto do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahrens, T., & Chapman, C. S. (2006). Doing qualitative field research in management accounting: Positioning data to contribute to theory. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8), 819–841. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.03.007>
- Alves, J. (1996). O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social*, XXXI(136–137), 527–544. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1996136.12>
- Amaral, L. (2012). Instituições, propriedade e crescimento económico: de regresso à passagem do Antigo Regime para o liberalismo em Portugal. *Análise Social*, 47(202), 28–55. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2012202.02>
- Araújo, D. M. da C. (2010). *A Contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo nos Séculos XVIII e XIX* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/16518>
- Bonifácio, M. (1986). A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX). *Análise Social*, 22(91), 331–367. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.198691.05>
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Cardoso, J. L. (2024). Memórias da Academia das Ciências. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa Classe de Letras* (Ac. Ciências Lisboa). <https://doi.org/10.58164/g21h-r780>
- Carmona, S., & Ezzamel, M. (2006). Accounting and religion: A historical perspective. *Accounting History*, 11(2), 117–127. <https://doi.org/10.1177/1032373206063109>
- Carnegie, G., & Napier, C. (1996). Critical and interpretive histories: Insights into accounting's present and future through its past. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(3), 7–39. <https://doi.org/10.1108/09513579610121956>
- Carnegie, G., & Napier, C. (2023). *Handbook of accounting, accountability and governance*. Edward Elgar Publishing.
- Carqueja, H. (2011). Apontamento sobre a contabilidade em Portugal entre 1900 e 1950. *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 8(14), 3–49. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v8i14.106>

- Carvalho, C., & Bonfim, M. P. (2023). A Contabilidade nas Instituições Católicas nos Séculos XVII e XVIII. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 17(1), e2319. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v17i1.49372>
- Carvalho, I., Almeida, P., Gonçalves, M., & Góis, C. (2023). ‘Retrato de uma velha senhora’: a Contabilidade em Portugal nos séculos XVIII e XIX. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, 9(6), 3543–3563. <https://doi.org/10.55905/ijsmtv9n6-017>
- Catroga, F. (1988). O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, 24(100), 211–273. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1988100.08>
- Chenhall, R. H. (2003). Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, Organizations and Society*, 28(2–3), 127–168. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00027-7](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00027-7)
- Clemente, M. (1991). Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840). *Lusitania Sacra*, 3, 111–153. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1991.8068>
- Cooper, D. J., & Morgan, W. (2008). Case study research in accounting. *Accounting Horizons*, 22(2), 159–178. <https://doi.org/10.2308/acch.2008.22.2.159>
- Cordeiro, J. (1996). Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX. *Análise Social*, 31(136–137), 313–342. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1996136.03>
- David, H. (1992). A mortalidade no Porto em finais do século XIX. *Revista Da Faculdade de Letras: História*, 9, 269–294.
- Decreto de Extinção Das Ordens Religiosas (1834). <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>
- Dix, S. (2010). As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. *Análise Social*, XLV(194), 5–27. <http://hdl.handle.net/10451/11156>
- Duarte, C., Gonçalves, M., & Góis, C. (2020). Sobre assuntos de contabilidade e de governo das sociedades: o caso das companhias de comércio estabelecidas pelo Marquês de Pombal em Portugal. *Revista de la Asociación Española de*

- Contabilidad y Administración de Empresas*, (132), 32–34.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7709059>
- Duarte, C., Gonçalves, M., & Góis, C. (2021). Demonstração do estado da contadoria da Real Fábrica das Sedas, a maior empresa industrial de Portugal no Século XVIII (período 1757-1796). *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 18(2), 31–56. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v18i2.435>
- Duarte, D., & Rodrigues, L. (2022). Processos de contabilidade mult centenários (1581-1762) na Irmandade de Santa Cruz, Braga (Portugal). *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 19(2), 54–91. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.19.2.7554>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *The Academy of Management Review*, 14(4), 532–550. <https://doi.org/10.2307/258557>
- Eisenhardt, K. M., & Graebner, M. E. (2007). Theory building from cases: Opportunities and challenges. *Academy of Management Journal*, 50(1), 25–32. <https://doi.org/10.5465/AMJ.2007.24160888>
- Esteve, E. H. (2017). El magisterio de Luca Pacioli a los 500 años de su muerte: toma de conciencia de su papel como abanderado del renacimiento comercial y económico. *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 14, 6–29. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v14i27.312>
- Fernandes, P. (2006). Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo. *Análise Social*, 41(178), 55–73. <http://www.jstor.org/stable/41012680>
- Fernandes, P. G. (2000). Habitação e trabalho no Porto da época do cerco: o bairro de Santa Catarina. *Análise Social*, 35(156), 511–545. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2000156.02>
- Ferreira, L., & Martins, C. (2025). Accounting System and Practices at Jerónimos Monastery (Portugal). An Analysis of the Book of Expenses and Receipts at the End of 1833. *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 22(1), 57–110. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.22.1.12069>

- Fleischman, R. K., & Tyson, T. N. (1997). Archival researchers: An endangered species? *Accounting Historians Journal*, 24(2), 91–109. https://egrove.olemiss.edu/aah_journal/vol24/iss2/5
- Gomes, D., Carnegie, G., Napier, C., Parker, L. D., & West, B. (2011). Does accounting history matter? *Accounting History*, 16(4), 389–402. <https://doi.org/10.1177/1032373211417993>
- Gomes, S. A. (2011). Um registo de contabilidade medieval do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1257-1259). *Medievalista Online*, 10. <https://doi.org/10.4000/medievalista.118>
- Gonçalves, M. (2017). Contribuição para a história da profissão contabilística em Portugal: o primeiro guarda-livros com diploma escolar (1771). *De Computis: Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 14(26), 27–58. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v14i26.297>
- Gonçalves, M., Lira, M., & Marques, M. (2017). Síntese Cronológica sobre a Contabilidade Pública em Portugal, seu Passado, Presente e Futuro (1222-2016): Revisão da Literatura. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(2), 121–143. <https://doi.org/10.18405/20170208>
- Gordon, L. A., & Miller, D. (1976). A contingency framework for the design of accounting information systems. *Accounting, Organizations and Society*, 1(1), 59–69. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(76\)90007-6](https://doi.org/10.1016/0361-3682(76)90007-6)
- Hopwood, A. G. (1987). The archeology of accounting systems. *Accounting, Organizations and Society*, 12(3), 207–234. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(87\)90038-9](https://doi.org/10.1016/0361-3682(87)90038-9)
- Leardini, C., & Rossi, G. (2013). Accounting and power in religious institutions: Verona's Santa Maria della Scala monastery in the Middle Ages. *Accounting History*, 18(3), 415–427. <https://doi.org/10.1177/1032373213487336>
- Lira, M. C. (2010). Caracterização da Evolução da Contabilidade em Portugal: do século XII a meados do século XVIII. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(2), 52–68.
- Magalhães, A. (2021). Práticas religiosas na Misericórdia de Viana do Castelo no século XIX. *Lusitania Sacra*, 39, 15–30. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9650>

- Magalhães, M. (1988). A indústria do Porto na primeira metade do séc. XIX. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto. Geografia. Ser. I*, 4, 111–155.
- Malheiro, M. A. (2023). *A Contabilidade da Congregação de São Bento de Portugal no século XVIII* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/88284>
- Manjón, J. D. L., Sánchez-Matamoros, J. B., & Espejo, M. (2012). *Awareness To Accounting And Role Of Accounting At Religious Organisations. The Case Of Brotherhoods Of Seville At The Last Decade Of 16th Century* (Working Papers 12.02).
- Martins, A. M. (1989). Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: Mirari vos, Quanta cura e Immortate Dei. *Lusitania Sacra*, 1, 41–80. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1989.8141>
- Melo, A. S., Dias, H., & Silva, M. J. O. (2008). *Palmeiros e sapateiros: a Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (séculos XIV a XVI)* (1st ed.). Fio da Palavra.
- Miller, P., & Napier, C. (1993). Genealogies of calculation. *Accounting, Organizations and Society*, 18(7–8), 631–647. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90047-A](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90047-A)
- Napier, C. J. (1989). Research directions in accounting history. *The British Accounting Review*, 21(3), 237–254. [https://doi.org/10.1016/0890-8389\(89\)90095-4](https://doi.org/10.1016/0890-8389(89)90095-4)
- Oliveira, M. H. da R. (2001). *S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital na Idade Média* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. <http://hdl.handle.net/10216/13041>
- Otley, D. T. (1980). The contingency theory of management accounting: Achievement and prognosis. *Accounting, Organizations and Society*, 5(4), 413–428. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(80\)90040-9](https://doi.org/10.1016/0361-3682(80)90040-9)
- Otley, D. T. (2016). The contingency theory of management accounting and control: 1980-2014. *Management Accounting Research*, 31, 45–62. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2016.02.001>
- Paixão, J., & Lourenço, M. (1994). *Contos do Reino e Casa*. https://erario.tcontas.pt/pt/arquivo_biblioteca/instrumentos_pesquisa/Contos_Reino_Casa.pdf

- Parker, L. D. (2012). Qualitative management accounting research: Assessing deliverables and relevance. *Critical Perspectives on Accounting*, 23(1), 54–70. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.06.002>
- Pereira, G. M. (1994). Housing, household, and the family: The “ilhas” of porto at the end of the nineteenth century. *Journal of Family History*, 19(3), 213–236. <https://doi.org/10.1177/036319909401900302>
- Previts, G. J., Parker, L. D., & Coffman, E. N. (1990). Accounting History: Definition and Relevance. *Abacus*, 26(1), 1–16. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1990.tb00229.x>
- Priberam. (n.d.). *Legado*. Priberam. Retrieved May 27, 2026, from <https://dicionario.priberam.org/legado>
- Quattrone, P. (2004). Accounting for God: Accounting and accountability practices in the Society of Jesus (Italy, XVI-XVII centuries). *Accounting, Organizations and Society*, 29(7), 647–683. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2004.03.001>
- Resende, N. (2025). Armadores e armação de igrejas, na cidade do Porto, nos séculos XIX e XX: efemeridade e retabulística. *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, 19, 49–64. <https://doi.org/10.21747/2182-9748/cem19a3>
- Ribeiro, M. (2021, December 1). *A Capela de São Crispim e São Crispiniano*. Etc e Tal - Jornal. <https://etcetajornal.pt/j/2021/12/a-capela-de-sao-crispim-e-sao-crispiniano/>
- Robbins, G., & Lapsley, I. (2015). From secrecy to transparency: Accounting and the transition from religious charity to publicly-owned hospital. *British Accounting Review*, 47(1), 19–32. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.10.008>
- Rodrigues, H. (2004). Extinção das Ordens Religiosas e dinâmicas sócio-culturais: frades residentes no Alto-Minho no Século XIX. *Lusitania Sacra*, 16, 13–42. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7067>
- Rodrigues, L. L., Gomes, D., & Craig, R. (2011). *Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo?*
- Rodrigues, M. (2011). *O erário régio e as contas do reino no ano de 1765: o poder e a contabilidade* [Dissertação de Mestrado, ISCTE]. <https://doi.org/10071/4540>

- Rodrigues, M. A. (1980). Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu. *Análise Social*, 16(61–62), 407–428.
<https://doi.org/10.31447/AS00032573.198061.22>
- Rodrigues, R. (2017). *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras]. <http://hdl.handle.net/10451/29993>
- Sangster, A. (2018). La génesis de la teneduría de libros por partida doble. *Revista Facultad de Ciencias Económicas*, 26(2), 145–168.
<https://doi.org/10.18359/rfce.3860>
- Silva, G. (2003). *A História de uma Mudança*. Gráficos Reunidos, Lda.
- Silva, M., & Lencart, J. (2024). The extinction inventories of convents in 1834: an attempt to reconstruct two archives of Benedictine religious institutions - Rendufe and Tomar. *Boletim Do Arquivo Da Universidade de Coimbra*, 37(1), 157–174.
https://doi.org/10.14195/2182-7974_37_1_5
- Tengarrinha, J. (2006). Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX). *Análise Social*, 41(178), 75–98.
<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2006178.05>
- Villaluenga De Gracia, S. (2013). The double entry and the charge and discharge as instruments of a system of accounting and integral legal liability, as manifested in documentary sources of the Cathedral of Toledo (1533-1613). *Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review*, 16(2), 126–135.
<https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2013.07.002>
- Waterhouse, J. H., & Tjessen, P. (1978). A contingency framework for management accounting systems research. *Accounting, Organizations and Society*, 3(1), 65–76.
[https://doi.org/10.1016/0361-3682\(78\)90007-7](https://doi.org/10.1016/0361-3682(78)90007-7)